

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Pilar 3

3T17

Sumário

O Banco do Brasil.....	9
1. Introdução	10
1.1. Objetivo	10
1.2. Principais Indicadores Regulatórios	11
2. Gerenciamento de Riscos e de Capital	12
2.1. Governança Interna para Riscos e Capital.....	12
2.2. Definições Estratégicas.....	16
2.2.1. Riscos Relevantes.....	16
2.2.2. Apetite e Tolerância a Riscos	17
2.2.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital	17
2.3. Processos de Comunicação e Informação.....	18
2.4. Processos de Gestão dos Riscos	18
3. Conglomerado Prudencial.....	20
3.1. Balanços Patrimoniais.....	20
3.2. Composição do Conglomerado Prudencial	24
3.3. Composição do Consolidado Divulgado.....	26
4. Capital.....	28
4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)	28
4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR).....	32
4.3. Índices de Adequação de Capital.....	33
4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR	34
4.5. Razão de Alavancagem	35
5. Participações Societárias	37
5.1. Avaliação das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB)	39
6. Gestão de Riscos.....	40
6.1. Risco de Crédito.....	40
6.1.1. Política Específica de Crédito	40
6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito	40
6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito	41
6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito.....	41
6.1.5. Instrumentos Mitigadores	42
6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito.....	43
6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte	52
6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	54
6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização	55
6.2. Risco de Mercado	56
6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado.....	56
6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado.....	56
6.2.3. Políticas de <i>Hedge</i>	57
6.2.4. Derivativos.....	57
6.2.5. Carteira de Negociação	59
6.2.6. Carteira de Não Negociação.....	60

6.2.7.	Mensuração do Risco de Mercado	62
6.3.	Risco de Liquidez.....	63
6.3.1.	Política Específica do Risco de Liquidez	63
6.3.2.	Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez	63
6.3.3.	Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).....	66
6.3.4.	Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez	69
6.4.	Risco Operacional.....	70
6.4.1.	Política Específica do Risco Operacional	70
6.4.2.	Processos de Gestão do Risco Operacional	70
6.5.	Risco Socioambiental.....	71
6.5.1.	Política Específica de Responsabilidade Socioambiental.....	71
6.5.2.	Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental.....	72
6.6.	Outros Riscos.....	72
6.6.1.	Risco de Estratégia.....	72
6.6.2.	Risco de Reputação	73
6.6.3.	Risco de EFPPS.....	73
6.6.4.	Risco Legal.....	74
6.6.5.	Risco de Modelo	74
6.6.5.1	Política Específica do Risco de Modelo.....	74
6.6.5.2	Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Modelo.....	74
6.6.6.	Risco de Contágio	74
6.6.7.	Risco de Conformidade (Compliance)	74
7.	Programa de Testes de Estresse.....	76

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial.....	21
Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial	24
Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado.....	26
Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	29
Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência.....	29
Tabela 6 - Total de Dívida.s Subordinadas	30
Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência.....	31
Tabela 8 - Ajustes Prudenciais.....	32
Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA	33
Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido.....	33
Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR	34
Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem	35
Tabela 13 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem	36
Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação	38
Tabela 15 - Cobertura de Garantias	42
Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respectivo Fator de Risco	43
Tabela 17 - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito	43
Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito.....	44
Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas	44
Tabela 20 - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas	45
Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico	46
Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 3T17	46
Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T17	47
Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 1T17	47
Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 3T17.....	48
Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T17.....	48
Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 1T17.....	48
Tabela 28 - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas	48
Tabela 29 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 3T17.....	49
Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T17.....	50
Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 1T17.....	50
Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico.....	51
Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações	51
Tabela 34 - Exposição ao Risco de Crédito por FPR	52
Tabela 35 - Valor nocional de contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central.....	52
Tabela 36 - Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte sem atuação de câmaras de compensação como contraparte central.....	53
Tabela 37 - Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte	53
Tabela 38 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13	53
Tabela 39 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13	54
Tabela 40 - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios	54

Tabela 41 - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação	54
Tabela 42 - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente	55
Tabela 43 - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente	55
Tabela 44 - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI.....	56
Tabela 45 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T17.....	57
Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T17.....	58
Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T17.....	58
Tabela 48 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T16.....	58
Tabela 49 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T16.....	59
Tabela 50 - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas	60
Tabela 51 - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrência de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia <i>Economic Value of Equity</i>	62
Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR.....	67
Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	68
Tabela 54 - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda	71

Índice de Figuras

Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório	11
Figura 2 - Estrutura de governança corporativa	12
Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital.....	13
Figura 4 - Processo de gestão de riscos	19
Figura 5 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional.....	65
Figura 6 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira	65
Figura 7 - Indicador DRL	66

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.....	13
Quadro 2- Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	14
Quadro 3 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	14
Quadro 4 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil	16
Quadro 5 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital	35

Glossário de Siglas

ACP	Adicional de Capital Principal
Audit	Auditoria Interna
Bacen	Banco Central do Brasil
CA	Conselho de Administração
CD	Conselho Diretor
CF	Conselho Fiscal
Coaud	Comitê de Auditoria
Corem	Comitê de Remuneração e Elegibilidade
Coris	Comitê de Riscos e de Capital
Coger	Diretoria Contadoria
CEGAPC	Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital
CEGRC	Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos
CSGRC	Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital
Dicoi	Diretoria de Controles Internos
Dicre	Diretoria de Crédito
Difin	Diretoria Finanças
Dirco	Diretoria de Controladoria
Direo	Diretoria Estratégia e Organização
Diris	Diretoria de Gestão de Riscos
Disin	Diretoria Segurança Institucional
DRL	Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres
ECBB	Estratégia Corporativa Banco do Brasil
ELBB	Entidades Ligadas ao Banco do Brasil
EMLI	Exigência Máxima de Liquidez Intradia
FPR	Fator de Ponderação de Risco
HIBP	Horizonte temporal mínimo de adequação do IBP
HICN1	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICN1
HICP	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICP
IB	Índice de Basileia
IBP	Índice de Basileia mínimo prudencial (IB mínimo definido gerencialmente)
Icaap	Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital
ICN1	Índice de Capital Nível 1
ICP	Índice de Capital Principal
Icred90	Índice de créditos inadimplidos a partir de 90 dias
IDS	Instrumento de Dívida Subordinada
IHCD	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Iprov	Índice de provisionamento (saldo de PCLD sobre o saldo da carteira)
LCR	Liquidez de Curto Prazo
MCC	Medidas de Contingência de Capital
MCL	Medidas de Contingência de Liquidez
PR	Patrimônio de Referência
PRMR	Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para cobertura dos riscos de Pilar I
Redex	Rede Externa
RL	Reserva de Liquidez
RSPL	Retorno sobre Patrimônio Líquido
RWA	<i>Risk-Weighted Assets</i> (Ativos Ponderados pelo Risco)
RWAACS	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de ações
RWACAM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de câmbio
RWACIRB	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem baseada em modelos internos
RWACOM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de <i>commodities</i>
RWACPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem padronizada
RWAJUR	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de taxa de juros
RWAMINT	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado por modelos internos
RWAMPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado pela abordagem padronizada
RWAOPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco operacional apurado pela abordagem padronizada
Vicri	Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos

O Banco do Brasil

Com mais de 200 anos de atuação, o Banco do Brasil é uma empresa de economia mista controlada pela União e listada no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão)¹, segmento que reúne as companhias com as melhores práticas de governança corporativa.

O Banco do Brasil também foi certificado como Destaque em Governança de Estatais, pela B3, programa voltado a estatais abertas ou em processo de abertura de capital, criado com o objetivo de incentivá-las a aprimorar suas práticas e estruturas de governança corporativa.

Como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País e executor de políticas públicas, o BB apoia o agronegócio, a infraestrutura, as micro e pequenas empresas e o comércio exterior, atuando de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

Nossa crença, "uma sociedade melhor exige espírito público em cada um de nós", baseia-se na busca constante da conciliação das necessidades e dos interesses do Banco e de todos os seus públicos de relacionamento. Neste sentido, consideramos as dimensões individual e coletiva, seja atuando como banco de mercado, seja na realização de negócios sociais ou como protagonista do desenvolvimento do País.

Missão: *“Banco de mercado com espírito público. Ser um banco rentável e competitivo, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto a clientes, acionistas e toda a sociedade.”*

Visão: *“Ser o banco mais confiável e relevante para a vida dos clientes, funcionários e para o desenvolvimento do Brasil”.*

Valores: *Espírito Público, Ética, Eficiência, Inovação, Potencial Humano e Visão Cliente.*

¹ Empresa formada a partir da fusão da BMF&Bovespa com a Cetip.

1. Introdução

A gestão de riscos e a gestão de capital constituem-se em instrumentos fundamentais para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo. O Banco do Brasil (BB) considera fundamental o gerenciamento de riscos e de capital para o processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização da relação risco *versus* retorno em suas operações.

As mudanças no ambiente financeiro mundial, tais como a integração entre os mercados, o surgimento de novas transações e produtos, o aumento da sofisticação tecnológica e as novas regulamentações tornaram as atividades financeiras e seus riscos cada vez mais complexos.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Adicionalmente, as lições originadas de desastres financeiros reforçam a importância da gestão de riscos e da gestão de capital na indústria bancária.

Esses fatores influenciam os órgãos reguladores e as instituições financeiras para que invistam na gestão dos riscos, visando o fortalecimento de sua saúde financeira.

Alinhado a essa perspectiva, o BB investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de riscos e de gestão de capital, em consonância com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

O BB busca manter-se continuamente alinhado às boas práticas de gestão de riscos com abrangência multidimensional, cujas especificidades estão descritas neste relatório.

1.1. Objetivo

O presente relatório tem por objetivo a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à mensuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com a Circular Bacen nº 3.678 de 31.10.2013, e está alinhado às diretrizes do Pilar 3 de Basileia 2. Este relatório inclui informações sobre estruturas, processos e políticas de gestão de riscos e de gestão de capital do BB.

As informações constantes deste relatório, exceto quando indicado o contrário, consideram o escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial².

² Detalhes relacionados ao Conglomerado Prudencial constam do capítulo 3.

1.2. Principais Indicadores Regulatórios

A seguir, são apresentados os principais indicadores de riscos e de capital do Conglomerado Prudencial BB, considerando a posição dos últimos 3 trimestres:

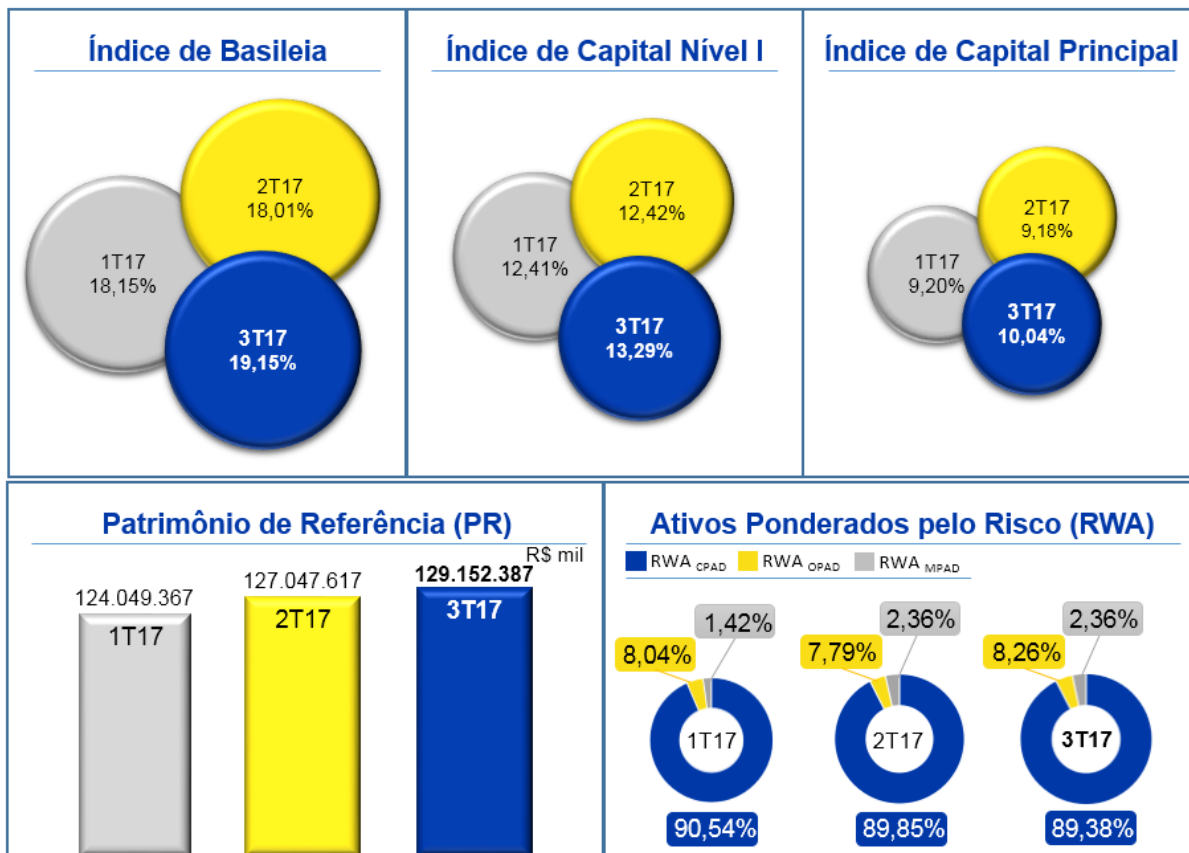


Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório

2. Gerenciamento de Riscos e de Capital

2.1. Governança Interna para Riscos e Capital

Na estrutura de governança corporativa do BB, estão presentes:

- A Assembléia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem), pelo Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e pela Auditoria Interna (Audit);
- a Diretoria Executiva (Direx), composta pelo Conselho Diretor (CD) e pelos Diretores Estatutários; e
- o Conselho Fiscal (CF).

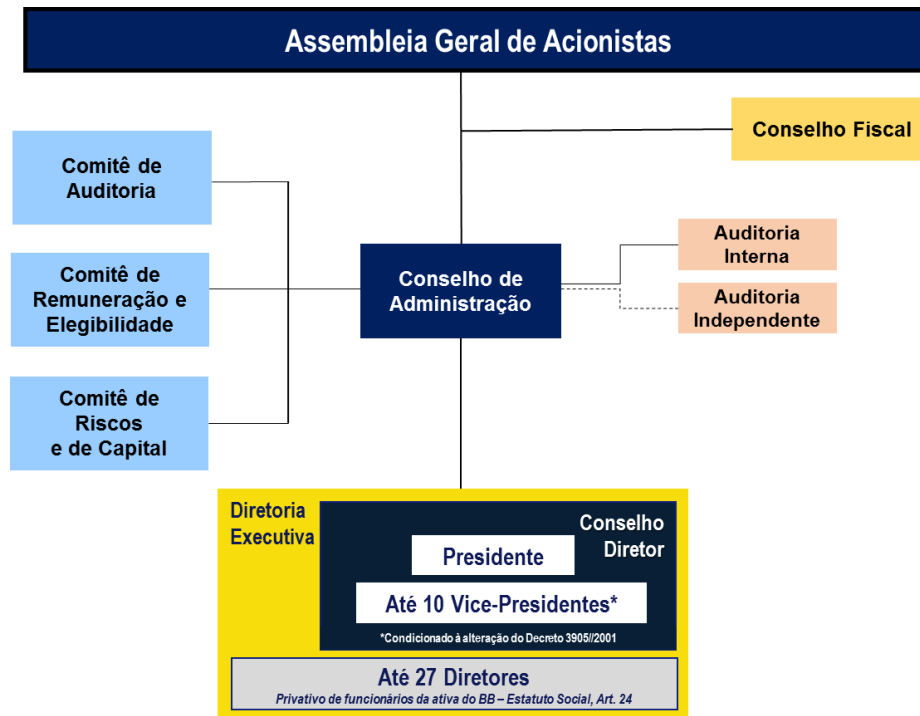


Figura 2 - Estrutura de governança corporativa

As decisões, em qualquer nível da Empresa, são tomadas de forma colegiada, ressalvadas as situações em que a estrutura organizacional mínima não o permita. Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e na apreciação de propostas para os diferentes negócios do BB, a Administração utiliza comitês de nível estratégico, que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

O modelo de governança para gerenciamento de riscos e de capital adotado pelo BB envolve estrutura de Comitês Superiores e Executivos, com composição de diversas áreas do Banco, tendo participação do Presidente, dos Vice-Presidentes e de Executivos chave do Banco, conforme o caso, contemplando os seguintes aspectos:

- segregação de funções: negócio x risco;
- estrutura específica de gestão de riscos;
- processo de gestão definido;

- d) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- e) normas claras e estrutura de alçadas; e
- f) referência às melhores práticas de gestão.

A figura a seguir representa a estrutura de governança definida para gestão de riscos e de capital do Banco:

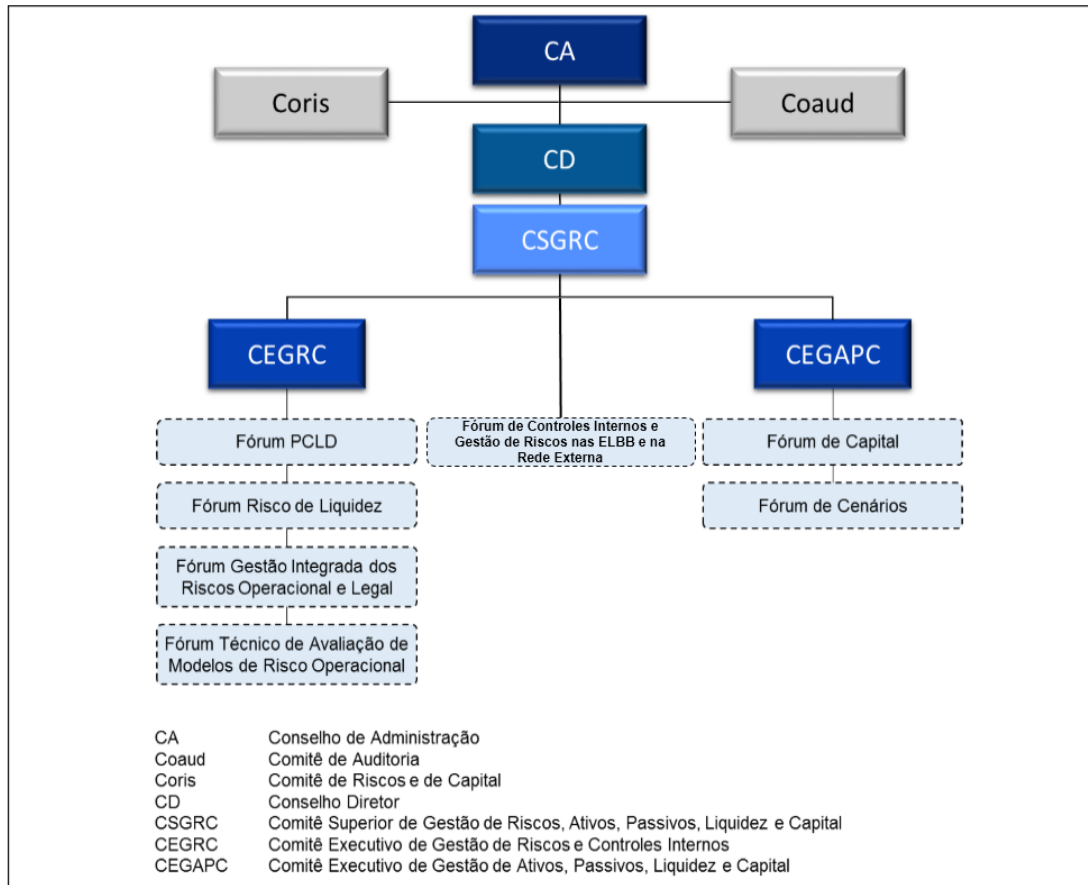


Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital

Os Comitês envolvidos na gestão de riscos e de capital do BB, bem como suas principais finalidades estão descritas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração	Principais Finalidades
Comitê de Auditoria (Coaud)	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno; • avaliar e monitorar as exposições de risco do Banco do Brasil, • avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controle interno;
Comitê de Riscos e de Capital (Coris)	<ul style="list-style-type: none"> • assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital, • supervisionar a observância, pela Diretoria Executiva do Banco, dos termos da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos; • avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital.

Quadro 2 - Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital

Comitês Estratégicos	Principais Finalidades
Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital - CSGRC	<ul style="list-style-type: none"> aprovar estratégias para gerenciamento dos ativos, passivos e liquidez, dos riscos, dos controles internos e do capital.
Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos - CEGRC	<ul style="list-style-type: none"> aprovar metodologias para gestão dos riscos e ações de mitigação dos riscos; manifestar-se sobre metodologias de identificação e classificação de deficiências no sistema de controles internos e medidas de correção; instrumentalizar o CSGRC em seus atribuições.
Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital - CEGAPC	<ul style="list-style-type: none"> aprovar diretrizes para a gestão de <i>funding</i> e exigibilidades e modelos, critérios e parâmetros aplicados ao gerenciamento de capital; aprovar os cenários a serem utilizados no processo de gerenciamento de capital; instrumentalizar o CSGRC em seus atribuições.

Quadro 3 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital

Fóruns	Principais Finalidades
Fórum de Capital	<ul style="list-style-type: none"> assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC) com análises técnicas sobre temas relativos ao processo de gerenciamento de capital, ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Plano de Capital.
Fórum de Cenários	<ul style="list-style-type: none"> analisar os cenários corporativos e sua integração com a estratégia, o orçamento e os riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado; promover a unicidade e a sinergia na aplicação dos cenários macroeconômicos, inclusive em relação aos testes de estresse; assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC) nas deliberações que demandam análise das premissas e variáveis constantes dos cenários macroeconômicos.
Fórum PCLD	<ul style="list-style-type: none"> identificar incorreções na classificação de risco das operações; propor ações proativas que possam evitar variações indevidas na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e corrigir inconsistências na classificação de risco das operações; identificar origem, evolução e tendência da PCLD e da utilização de provisão (perdas); acompanhar indicadores relacionados à inadimplência das carteiras de crédito PF e PJ;
Fórum de Gestão Integrada dos Riscos Operacional e Legal	<ul style="list-style-type: none"> avaliar os riscos operacionais e legais de maior relevância para o Banco e discutir possíveis medidas de controle; promover a integração e o alinhamento das ações relacionadas a gestão dos riscos operacionais e legais; avaliar os modelos utilizados pelo Banco para identificação dos riscos operacionais e legais e os modelos de Provisão para Demandas Contingentes (PDC), metodologias e resultados de <i>backtesting</i>.
Fórum de Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> promover a avaliação da situação da Liquidez e recomendação de adoção de Medidas Prudenciais de Risco de Liquidez (MPRL), quando necessário.
Fórum Técnico de Avaliação de Modelos de Risco Operacional	<ul style="list-style-type: none"> analisar as propostas de definição, alteração ou manutenção dos cenários de risco operacional e os resultados dos relatórios de <i>backtesting</i> dos modelos do risco.
Fórum de Controles Internos e Gestão de Riscos nas ELBB e Rede Externa	<ul style="list-style-type: none"> promover discussões sobre modelos e metodologias de controles internos e de gestão de riscos, sobre riscos relevantes identificados e sobre controles internos implementados, nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) e na Rede Externa; integrar as ações desenvolvidas pelas áreas de controles internos e de gestão de riscos no que se refere às ELBB e Rede Externa.

O gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária.

A estrutura de gerenciamento de riscos envolve as políticas específicas, a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, as estratégias, os processos, os procedimentos e as estruturas de gerenciamento, respeitando as especificidades de cada risco.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos normatizadas na Resolução CMN 4.557, o CA indicou o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o responsável pelo gerenciamento de risco (CRO – *Chief Risk Officer*) do Conglomerado.

A gestão do capital do Banco do Brasil consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes da empresa e suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador, ou aqueles definidos internamente pela Instituição, e considerados no planejamento estratégico e orçamento, com objetivo de otimizar a alocação de capital.

O processo de gerenciamento de capital é realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança da Instituição, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seu comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e o Fórum de Capital.

Integram a estrutura de gestão de capital as Diretorias de Controladoria (Dirco), de Finanças (Difin), Contadoria (Coger) e de Gestão de Riscos (Diris). O Conselho de Administração (CA) do BB indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

As áreas definidas na estrutura de gerenciamento de capital respondem em conjunto ou individualmente pela:

- a) identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- b) avaliação do capital necessário para suportar os riscos;
- c) projeção dos indicadores de risco e de capital;
- d) apuração do patrimônio de referência (PR);
- e) elaboração do plano de capital e do plano de contingência;
- f) avaliação de fontes de capital e recomposição de capital;
- g) Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap);
- h) testes de estresse;
- i) reportes gerenciais; e
- j) Política Específica de Gerenciamento de Capital.

A estrutura de gerenciamento de capital do BB permite o monitoramento e o controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que a Instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Com isso, o BB adota postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Diretoria de Controles Internos (Dicoi) responde pela certificação de controles, validação dos modelos de mensuração dos riscos, avaliação e certificação do sistema de controles internos do Banco e a gestão do Risco de Conformidade. A Auditoria Interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

2.2. Definições Estratégicas

2.2.1. Riscos Relevantes

O BB possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

O inventário de riscos e o conjunto corporativo de riscos relevantes do BB são revisados anualmente, considerando os riscos incorridos nos diversos segmentos de negócios explorados pelo BB ou por suas subsidiárias que podem afetar o Capital do Conglomerado Prudencial.

A classificação dos riscos relevantes é baseada em critérios quantitativos e qualitativos.

Os riscos relacionados no próximo quadro compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil:

Quadro 4 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil

Risco	Conceito
Crédito	Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
Concentração de Crédito	Possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.
Crédito da Contraparte	Possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.
Mercado	Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.
Taxa de Juros do <i>Banking Book</i>	Possibilidade de perda decorrente das exposições sujeitas à variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.
Liquidez	Possibilidade de perda decorrente de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
Operacional	Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal.
Legal	Possibilidade de perda decorrente da inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
Socioambiental	Possibilidade de perdas decorrentes da exposição a danos socioambientais gerados pelas atividades do Banco do Brasil.
Estratégia	Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.
Reputação	Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio.
EFPPS	Possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.
Modelo	Possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção.
Contágio	Possibilidade de impacto negativo no capital decorrente de eventos adversos nas participações societárias que não fazem parte do Conglomerado Prudencial
Conformidade	Possibilidade de perdas financeiras ou de reputação resultantes de falha no cumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de conduta e diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da organização.

2.2.2. **Apetite e Tolerância a Riscos**

Os indicadores de apetite e tolerância a riscos do Banco do Brasil e respectivos limites consideram, na sua definição, a exposição aos riscos, as estratégias negociais e as projeções de necessidade de capital que subsidiam o Plano de Capital.

A definição do apetite a risco considera a capacidade para assunção de riscos, a tolerância a riscos e o perfil de risco da Instituição.

A Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos abrange os indicadores de adequação de capital: Índice de Capital Principal (ICP), Índice de Capital Nível I (ICN1) e Índice de Basileia (IB), entre outros, e está disponível para acesso por todas as unidades estratégicas.

2.2.3. **Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital**

As políticas específicas voltadas para o Gerenciamento de Riscos e de Capital são aprovadas pelo CA e visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de Gerenciamento dos Riscos e do Capital.

Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco e encontram-se disponíveis para consulta de todos os funcionários do Banco e seu conteúdo passa por revisões, no mínimo, anuais.

As Políticas Específicas de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Banco do Brasil estão relacionadas abaixo:

- a) Política Específica de Gerenciamento de Capital;
- b) Política Específica de Crédito;
- c) Política Específica de Riscos de Mercado;
- d) Política Específica de Risco de Liquidez;
- e) Política Específica de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos;
- f) Política Específica de Risco de Estratégia;
- g) Política Específica de Risco de Reputação;
- h) Política Específica de Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúdes a funcionários (EFPPS);
- i) Política Específica de Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não Negociação;
- j) Política Específica do Risco de Modelo,
- k) Políticas Específicas associadas ao Gerenciamento do Risco Operacional do Banco do Brasil:
 - i. Política Específica de Risco Operacional;
 - ii. Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção;
 - iii. Política Específica de Gestão da Continuidade de Negócios;
 - iv. Política Específica de Relacionamento do Banco com Fornecedores;
 - v. Política Específica de Segurança da Informação;

- vi. Política Específica de Risco Legal;
- l) Política Específica de Responsabilidade Socioambiental; e
- m) Política Específica de Divulgação das Informações de Gestão de Riscos e de Capital.

2.3. Processos de Comunicação e Informação

Os relatórios de gerenciamento de riscos e de capital proporcionam suporte ao processo de tomada de decisões sobre riscos e capital e são apresentados aos:

- a) Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC);
- b) Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC);
- c) Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC);
- d) Conselho Diretor (CD);
- e) Comitê de Riscos e de Capital;
- f) Comitê de Auditoria; e
- g) Conselho de Administração (CA).

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais (qualitativas e quantitativas), tais como o acompanhamento da exposição aos riscos e do planejamento financeiro, o consumo de limites globais e específicos, ações de mitigação e projeções de indicadores de capital e da necessidade ou não de recomposição de capital. Dentre os relatórios internos destacam-se:

- a) Painel de Riscos; e
- b) Reporte Gerencial de Adequação de Capital.

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do Banco na internet. São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Relatório de Análise de Desempenho;
- b) Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3;
- c) Formulário de Referência;
- d) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
- e) Relatório Anual.

2.4. Processos de Gestão dos Riscos

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, conforme demonstrado na figura a seguir:

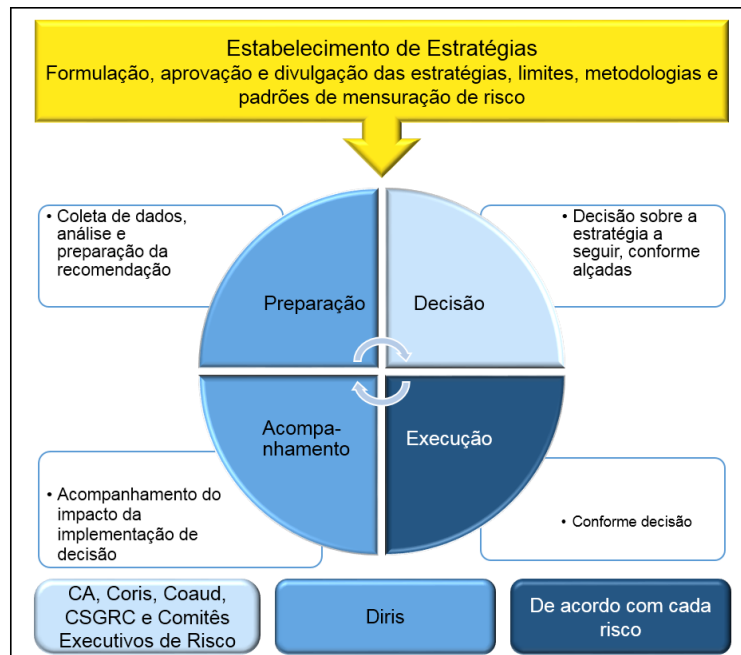


Figura 4 - Processo de gestão de riscos

Ressalte-se que o BB possui ferramenta corporativa de Controle e Avaliação de Riscos de Produtos, Serviços e Canais de Autoatendimento (Carps), a qual é gerida pela Diretoria Estratégia e Organização (Direo), de uso obrigatório pelas unidades estratégicas e rede externa, com exceção das subsidiárias, quando da criação ou revitalização:

- a) de produto ou serviço;
- b) de modalidade de produto ou serviço; e
- c) de canais de autoatendimento.

A utilização da ferramenta objetiva:

- a) fornecer informações aos tomadores de decisão, agregando segurança aos produtos, serviços e canais de autoatendimento a serem lançados no mercado, mediante participação das áreas intervenientes;
- b) identificar e avaliar os diversos tipos de riscos definidos pelo Banco para a criação e revitalização de produto/serviço/canais de autoatendimento;
- c) buscar soluções de controles e conformidade que minimizem os riscos; e
- d) promover a sinergia entre os gestores e intervenientes de produtos/serviços/canais de autoatendimento, de forma a propiciar eficiência operacional.

Na aprovação de novos produtos, adota-se, para a ferramenta corporativa Carps, o princípio de que o gestor deve avaliar os riscos e implementar controles, com o auxílio das áreas envolvidas no processo.

3. Conglomerado Prudencial

A Resolução CMN nº 4.192 de 01.03.2013, em seu artigo 3º, inciso II, dispõe que o cálculo da apuração do Patrimônio de Referência (PR) deve ser realizado em bases consolidadas para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

Em 31.10.2013, foi publicada a Resolução CMN nº 4.280, alterada pela Resolução CMN nº 4.517 de 24.08.2016, que dispõe sobre a elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, as quais devem incluir dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no País ou no exterior, sobre as quais a Instituição detenha controle direto ou indireto:

- a) instituições financeiras;
- b) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
- c) administradoras de consórcio;
- d) instituições de pagamento;
- e) sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de “a” a “e”.

Além das entidades elencadas acima, a Resolução determina que devem ser consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

As participações societárias em que haja controle compartilhado passaram a ser avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial a partir de janeiro de 2017, conforme determina a Resolução CMN nº 4.517/16.

3.1. Balanços Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta a composição do Balanço Patrimonial Prudencial em comparação ao Balanço Patrimonial divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como a referência de seus valores no “Anexo 1 - Composição do Patrimônio de Referência”.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial.

R\$ mil	Referência no Anexo 1	3T17	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
ATIVO			
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.362.503.465	1.368.997.329
Disponibilidades		14.266.793	14.267.230
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		411.324.497	411.344.256
Aplicações no mercado aberto		385.024.243	385.024.243
Aplicações em depósitos interfinanceiros		26.300.254	26.320.013
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos		133.190.363	137.490.768
Carteira Própria		91.694.515	101.528.211
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Bacen		(s) 19.403	--
Demais		91.675.112	--
Vinculados a compromissos de recompra		37.658.922	32.125.631
Vinculados à prestação de garantias		2.386.047	2.386.047
Instrumentos financeiros derivativos		1.450.879	1.450.879
Relações Interfinanceiras		78.101.241	78.101.241
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.161.384	3.161.384
Créditos vinculados		72.209.298	72.209.298
Depósitos no Banco Central		69.441.849	69.441.849
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		52.822	52.822
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.714.627	2.714.627
Repasses interfinanceiros		646.014	646.014
Correspondentes		2.084.545	2.084.545
Relações Interdependências		129.464	129.464
Operações de Crédito		541.487.371	541.457.759
Setor público		48.011.520	72.824.193
Setor privado		529.552.777	504.710.492
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)		521.524	521.524
Operações de Arrendamento Mercantil		(36.598.450)	(36.598.450)
Setor privado		239.061	424.054
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		265.508	450.501
		(26.447)	(26.447)
Outros Créditos		183.265.550	185.259.973
Créditos por avais e fianças honrados		604.775	604.775
Carteira de câmbio		16.567.668	16.567.668
Rendas a receber		2.033.859	2.938.024
Negociação e intermediação de valores		945.412	945.412
Créditos específicos		408.713	408.713
Diversos		165.466.849	166.573.969
Créditos Tributários		41.851.959	--
Decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de			
CSLL		(g) 1.508.321	--
Decorrentes de diferenças temporárias		40.343.638	--
Que excedam 10% do Capital Principal		(k ₁) 7.162.196	--
Que excedam 15% do Capital Principal		(m) 4.359.983	--
Créditos tributários de diferenças temporárias não deduzidos do PR		(u) 3.982.110	--
Créditos tributários de diferenças temporárias oriundos de PCLD		24.839.349	--
Ativos Atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido		(h ₁) 162.754	--
Demais		123.452.137	--
(Provisão para outros créditos)		(2.761.726)	(2.778.588)
Outros Valores e Bens		499.124	522.584
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		335.998	366.357
(Provisão para desvalorizações)		(152.408)	(159.858)
Despesas antecipadas		315.534	316.085

3T17			
R\$ mil	Referência no Anexo 1	Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
PERMANENTE		35.147.062	30.893.426
Investimentos		20.785.834	16.853.215
Participações em coligadas e controladas		20.644.589	16.704.248
No país		20.592.316	16.651.975
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e ₁)	350.407	--
Participações		20.241.909	--
Participações em seguridade e assemelhadas não consolidadas		11.128.897	--
Que excedam 10% do Capital Principal	(j)	2.786.804	--
Que excedam 15% do Capital Principal	(l ₁)	4.359.983	--
Que não são deduzidas do PR	(t)	3.982.110	--
Demais Participações		9.113.012	--
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Bacen deduzidos do PR	(l ₂)	2.400.256	--
Demais		6.712.756	--
No exterior		52.273	52.273
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e ₂)	6.558	--
Demais		45.715	--
Outros investimentos		168.075	168.099
(Imparidade acumulada)		(26.830)	(19.132)
Imobilizado de Uso		7.128.118	7.213.478
Imóveis de uso		7.525.636	7.531.520
Outras imobilizações de uso		9.923.438	10.076.499
(Depreciação acumulada)		(10.320.956)	(10.394.541)
Imobilizado de Arrendamento ⁽¹⁾		406.732	--
Bens arrendados		471.659	--
(Depreciação acumulada)		(64.927)	--
Intangível		6.826.378	6.826.733
Ativos intangíveis		20.021.618	20.037.113
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e ₃)	4.961.028	--
Demais ativos intangíveis		15.060.590	--
Adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f ₁)	10.377.465	--
Adquiridos antes de Outubro de 2013	(f ₂) (n ₁)	4.683.125	--
(Amortização acumulada)		(13.195.240)	(13.210.380)
Amortização de ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e ₄)	(4.709.163)	--
Demais amortizações		(8.486.077)	--
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f ₃)	(4.338.314)	--
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos antes de Outubro de 2013	(f ₄) (n ₂)	(4.147.763)	--
Diferido		--	--
Gastos de organização e expansão		2.098	2.098
(Amortização acumulada do Diferido)		(2.098)	(2.098)
TOTAL DO ATIVO		1.397.650.527	1.399.890.755

⁽¹⁾ No consolidado divulgado as operações de arrendamento mercantil estão apresentadas pelo método financeiro, que consiste na reclassificação do imobilizado de arrendamento para operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

3T17			
R\$ mil	Referência no Anexo 1	Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
PASSIVO			
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.306.559.572	1.305.910.897
Depósitos		437.136.543	437.122.989
Depósitos à vista		61.800.213	61.793.371
Depósitos de poupança		154.516.749	154.516.749
Depósitos interfinanceiros		19.648.913	19.648.913
Depósitos a prazo		201.046.977	201.040.265
Outros depósitos		123.691	123.691
Captações no Mercado Aberto		423.555.024	417.870.284
Carteira Própria		47.136.116	41.451.376
Carteira de terceiros		376.418.908	376.418.908
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		134.437.263	137.132.224
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		116.723.653	116.723.653
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.584.968	20.279.929
Certificados de operações estruturadas		128.642	128.642
Relações Interfinanceiras		2.524.476	2.524.476
Recebimentos e pagamentos a liquidar		2.524.476	2.524.476
Relações Interdependências		2.388.368	2.388.368
Recursos em trânsito de terceiros		2.387.169	2.387.169
Transferências internas de recursos		1.199	1.199
Obrigações por Empréstimos		18.368.358	18.368.358
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		82.673.663	82.673.663
Tesouro Nacional		158.557	158.557
BNDES		28.003.364	28.003.364
Caixa Econômica Federal		25.858.655	25.858.655
Finame		21.131.155	21.131.155
Outras instituições		7.521.932	7.521.932
Obrigações por Repasses do Exterior		477	477
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.719.626	1.719.626
Outras Obrigações		203.755.774	206.110.432
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.902.252	4.902.252
Carteira de câmbio		12.104.100	12.104.100
Sociais e estatutárias		1.078.343	1.080.171
Fiscais e previdenciárias		11.820.587	12.711.347
Passivos fiscais diferidos associados a ativos atuariais de fundos de pensão de benefício definido		(h ₂) 41.434	--
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de diferenças temporárias		(k ₂) 2.030.224	--
Demais		9.748.929	--
Negociação e intermediação de valores		1.159.107	1.082.846
Fundos financeiros e de desenvolvimento		14.841.867	14.841.867
Operações especiais		2.216	2.216
Dívidas subordinadas		55.440.167	55.440.167
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013 (FCO)		27.149.284	--
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013		(r) (w) 28.170.592	--
Demais dívidas subordinadas		120.291	--
Instrumentos híbridos de capital e dívida		5.808.085	5.808.085
Autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013		(p) (v) 4.593.600	--
Outros		1.214.485	--
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		24.848.035	24.848.035
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		(o) 17.344.800	--
Instrumentos elegíveis ao Nível II		7.503.235	--
Instrumentos considerados no PR após a aplicação do redutor		(q) 4.475.632	--
Valor desconsiderado do PR devido a aplicação do redutor		3.027.603	--
Diversas		71.751.015	73.289.346
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		415.661	415.661
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.675.294	93.564.197
Capital		67.000.000	67.000.000
De domiciliados no país		(a ₁) 52.261.049	52.261.049
De domiciliados no exterior		14.738.951	14.738.951
Instrumento Elegível ao Capital Principal		8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital		(a ₂) 12.436	12.436
Reservas de Reavaliação		(c ₁) 2.389	2.389
Reservas de Lucros		(c ₂) 31.124.786	31.124.786
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(b ₁) (16.481.629)	(16.481.629)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(c ₃) 1.977.009	1.977.009
(Ações em Tesouraria)		(b ₂) (1.850.043)	(1.850.043)
Participação dos Não Controladores		(i) 790.346	3.679.249
TOTAL DO PASSIVO		1.397.650.527	1.399.890.755

3.2. Composição do Conglomerado Prudencial

Na tabela a seguir, encontram-se relacionadas as instituições incluídas no escopo de consolidação do Balanço Patrimonial do Conglomerado Prudencial:

Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial

R\$ mil	Atividade	3T17		2T17		1T17		4T16		3T16		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
Instituições Financeiras												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1.517.191.663	89.707.998	1.570.527.817	87.270.925	1.525.537.066	85.492.399	1.572.896.574	83.042.501	1.589.247.806	80.463.010
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	65.123.705	775.940	66.990.492	824.910	64.316.397	741.771	66.222.784	748.647	68.699.963	801.258
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	20.171.512	4.527.948	19.814.515	4.474.015	23.808.449	4.444.293	63.544.809	4.376.690	61.805.962	4.331.534
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	23.146	22.154	22.473	21.837	21.306	20.703	21.869	20.392	21.852	20.179
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	219.923	213.569	217.807	213.077	201.588	198.699	204.689	201.037	202.760	199.107
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	543.343	193.170	472.402	190.513	445.046	178.223	390.715	176.786	396.197	176.816
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	661	661	693	693	665	665	706	702	704	699
Braslian American Merchant Bank	(2)	Bancária	1.528.322	1.488.652	1.880.531	1.505.833	2.838.415	1.461.590	3.323.932	1.510.626	3.336.040	1.512.860
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	1.772.462	152.192	1.796.621	157.046	1.691.405	146.158	1.655.312	148.073	1.507.522	147.087
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.201	7.145	7.229	7.176	7.356	7.201	7.422	7.197	7.403	7.250
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	15.695.931	1.926.342	18.729.549	1.941.962	15.453.637	2.165.021	15.157.939	2.003.966	14.307.800	1.888.279
Banco CBSS S.A.	(3)	Bancária	--	--	--	--	--	--	882.109	299.702	598.581	99.534
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	7.652.194	3.496.265	7.408.979	3.014.376	7.454.063	3.321.463	7.379.400	3.018.815	7.206.342	3.243.938
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	1.333.696	394.148	1.295.747	131.633	752.541	379.129	1.262.881	131.629	1.039.191	340.820
Administradora de Consórcios												
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	537.904	301.916	540.320	197.078	385.368	277.983	452.168	197.078	388.622	239.008
Instituições de Pagamento												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	107.464	33.236	103.962	28.905	92.791	24.508	119.778	18.977	113.076	36.158
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	5.256.154	1.514.529	4.715.807	1.548.141
Cielo S.A.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	24.039.387	9.078.094	22.498.741	8.584.625
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	44.809	35.161	41.879	33.210
Paggo Soluções e Meios de Pagamentos S.A.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	411	71	424	85
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	12.721.902	12.182.681	12.548.604	12.095.746
Aliança Pagamentos e Participações Ltda.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	3.807	461	3.677	3.216
Stelo S.A	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	91.909	30.593	76.615	31.060
Merchant E-Solutions, Inc.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	1.319.327	494.776	1.262.019	501.726
Sociedades Securitizadoras												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.160.722	1.080.465	1.104.014	1.044.860	1.304.215	1.008.759	1.292.242	988.653	1.278.805	1.164.160
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	2.357	1.782	2.443	1.857	2.080	1.626	2.597	1.714	2.506	1.906
Outras Pessoas Jurídicas												
Fundo Fenix	(4)	Fundo de Investimento	1.300.658	1.295.880	1.298.056	1.294.113	1.310.600	1.301.130	1.295.489	1.295.212	1.309.735	1.300.253
Fundo Compesa	(4)	Fundo de Investimento	118.782	118.725	122.395	122.337	125.958	125.898	129.500	129.398	133.464	132.893

BB Fund Class A	(4)	Fundo de Investimento	10.584	10.545	9.316	9.284	9.776	9.544				
BB Fund Class D	(4)	Fundo de Investimento	88.738	88.659	91.472	91.347	88.189	88.094	92.906	89.859	94.348	93.612
BB Elo Cartões Participações S.A.	(3)	Holding	--	--	--	--	--	--	6.603.464	6.111.394	6.410.647	6.283.250
Elo Holding Financeira S.A.	(3)	Holding	--	--	--	--	--	--	163	162	172	168
Farly Participações Ltda.	(5)	Holding	--	--	--	--	--	--	--	--	512.576	470.567

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir de 01.01.2017, conforme Resolução 4.517 de 24.08.2016.

(4) São consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

(5) Empresa incorporada pelo Banco CBSS S.A. em 30.11.2016.

3.3. Composição do Consolidado Divulgado

A seguir, relaciona-se o conjunto de instituições incluídas no escopo do Consolidado divulgado, segregado por segmentos de negócios.

Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado

R\$ mil	Atividade	3T17		2T17		1T17		4T16		3T16		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
Segmento Bancário												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1.517.191.663	89.707.998	1.570.527.817	87.270.925	1.525.537.066	85.492.399	1.572.896.574	83.042.501	1.589.247.806	80.463.010
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	65.123.705	775.940	66.990.492	824.910	64.316.397	741.771	66.222.784	748.647	68.699.963	801.258
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	20.171.512	4.527.948	19.814.515	4.474.015	23.808.449	4.444.293	63.544.809	4.376.690	61.805.962	4.331.534
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	23.146	22.154	22.473	21.837	21.306	20.703	21.869	20.392	21.852	20.179
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	219.923	213.569	217.807	213.077	201.588	198.699	204.689	201.037	202.760	199.107
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	543.343	193.170	472.402	190.513	445.046	178.223	390.715	176.786	396.197	176.816
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	661	661	693	693	665	665	706	702	704	699
Brasilean American Merchant Bank	(2)	Bancária	1.528.322	1.488.652	1.880.531	1.505.833	2.838.415	1.461.590	3.323.932	1.510.626	3.336.040	1.512.860
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	1.772.462	152.192	1.796.621	157.046	1.691.405	146.158	1.655.312	148.073	1.507.522	147.087
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	15.695.931	1.926.342	18.729.549	1.941.962	15.453.637	2.165.021	15.157.939	2.003.966	14.307.800	1.888.279
Segmento Investimentos												
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	7.652.194	3.496.265	7.408.979	3.014.376	7.454.063	3.321.463	7.379.400	3.018.815	7.206.342	3.243.938
Segmento Gestão de Recursos												
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	1.333.696	394.148	1.295.747	131.633	752.541	379.129	1.262.881	131.629	1.039.191	340.820
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.201	7.145	7.229	7.176	7.356	7.201	7.422	7.197	7.403	7.250
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização												
BB Seguridade Participações S.A.	(2)	Holding	8.604.484	8.588.350	8.956.094	7.382.697	8.001.363	7.992.871	8.787.827	7.107.397	7.691.025	7.683.771
BB Cor Participações S.A.	(3)	Holding	--	--	--	--	--	--	--	--	445.921	445.670
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(2)	Corretora	2.698.305	456.851	2.805.182	47.069	2.297.434	466.847	3.117.825	61.966	2.691.198	418.950
BB Seguros Participações S.A.	(2)	Holding	6.601.973	6.478.821	6.779.610	6.675.562	6.525.223	6.515.762	7.247.468	6.637.561	7.027.236	7.001.841
Segmento Meios de Pagamento												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	107.464	33.236	103.962	28.905	92.791	24.508	119.778	18.977	113.076	36.158
BB Elo Cartões Participações S.A.	(2)	Holding	6.773.019	6.659.135	6.618.929	6.517.470	6.365.077	6.310.601	6.603.464	6.111.394	6.410.647	6.283.250
Outros Segmentos												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.160.722	1.080.465	1.104.014	1.044.860	1.304.215	1.008.759	1.292.242	988.653	1.278.805	1.164.160
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(2)	Aquisição de Créditos	3.962	2.314	2.974	1.649	7.921	505	8.971	6	8.357	5.124
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	537.904	301.916	540.320	197.078	385.368	277.983	452.168	197.078	388.622	239.008
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(2) (4)	Turismo	39.175	(7.776)	39.515	(5.149)	35.667	(2.409)	37.267	1.792	39.771	4.715
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	2.357	1.782	2.443	1.857	2.080	1.626	2.597	1.714	2.506	1.906
BB Tecnologia e Serviços	(2)	Informática	470.312	257.465	491.374	251.380	443.986	239.951	481.131	243.607	486.036	231.711

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradoras de Bens S.A. em 27.12.2016.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a agosto/2017.

Além das entidades listadas, as demonstrações contábeis divulgadas contemplam também as operações das Entidades de Propósito Específico - *Dollar Diversified Payment Rights Finance Company* e *Loans Finance Company Limited* e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, BB Fund Class A e BB Fund Class D).

4. Capital

4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

Nível I

Capital Principal

O Capital Principal do Banco do Brasil é composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 8.100.000 mil foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP).

Ajustes Prudenciais

Os Ajustes Prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer sua qualidade em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

A partir de jan/17, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 80%:

- a) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- b) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- c) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- d) participação de não controladores;
- e) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- f) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- g) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- h) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Capital Complementar

Os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen.

Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

R\$ mil	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	
				Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Bônus Perpétuos	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	4.917.521	5.028.660	4.916.288	4.954.528	5.037.582
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.694.661	4.792.762	4.697.552	4.731.512	4.817.081
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.443.788	6.622.635	6.444.444	6.538.397	6.612.282
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.026.715	7.163.500	7.025.819	7.065.637	7.192.040
Total				23.082.685	23.607.557	23.084.103	23.290.074	23.658.985	

⁽¹⁾ Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência

R\$ mil	Valor emitido ⁽¹⁾	Valor autorizado a compor o PR	Remuneração a.a.	Data Captação	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16	
					Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	
Bônus Perpétuos	USD	1.498.500	1.450.000	8,50%	10/2009	4.593.600	4.796.890	4.594.180	4.724.825	4.706.120
	USD	1.398.727	1.375.000	9,25%	01 e 03/2012	4.356.000	4.548.775	4.356.550	4.480.437	4.462.700
	USD	1.988.000	1.950.000	6,25%	01/2013	6.177.600	6.450.990	6.178.380	6.354.075	6.328.920
	USD	2.169.700	2.150.000	9,00%	06/2014	6.811.200	7.112.630	6.812.060	7.005.775	6.978.040
Total					21.938.400	22.909.285	21.941.170	22.565.112	22.475.780	

⁽¹⁾ Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Do montante de R\$ 23.082.685 mil de Instrumentos Híbridos (Bônus Perpétuos), R\$ 21.938.400 mil compõem o PR em 30.09.2017, sendo R\$ 17.344.800 mil em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13.

O montante de R\$ 4.593.600 mil, que compõe o PR em 30.09.2017, não se adequa aos requisitos exigidos na Resolução CMN nº 4.192/13, de forma que obedece ao determinado no art. 28 dessa Resolução.

Para maiores informações a respeito da composição do Capital Complementar (IHCD), consultar o “Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência”.

Nível 2

Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Nível 2, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Tabela 6 - Total de Dívidas Subordinadas

R\$ mil	Valor emitido	Data Captação	Vencimento	Valor no PR em 31.12.2012	Valor de 31.12.2012 com Limitador ⁽¹⁾	3T17		2T17		1T17		4T16		3T16			
						Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor		
Instrumentos Emitidos Conforme Normas anteriores à Resolução 4.192/2013																	
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste																	
CDBs Subordinados Emitidos no País																	
				1.615.432	807.715	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	900.000	2009	2014	268.989	134.494	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	1.335.000	2009	2015	800.309	400.154	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	1.000.000	2009	2015	546.134	273.067	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Letras Financeiras Subordinadas						8.181.144	4.090.572	19.046.750	1.840.171	18.608.673	2.123.783	18.826.169	2.941.693	20.226.421	4.950.872	19.588.302	5.038.614
R\$	1.000.000	2010	2016	798.803	399.401	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
R\$	700.000	2011	2017	1.933.246	966.623	1.393.059	--	1.358.765	--	2.020.599	--	3.918.702	--	3.781.633	246.751		
R\$	4.844.900	2012	2018	5.065.127	2.532.564	8.733.417	--	8.548.842	328.741	8.343.783	1.066.576	8.120.026	1.624.005	7.904.695	1.580.939		
R\$	215.000	2012	2019	225.565	112.783	400.610	80.122	390.660	78.132	379.808	151.923	367.374	146.949	354.410	141.764		
R\$	150.500	2012	2020	158.403	79.201	280.580	112.232	274.146	109.658	266.998	160.198	258.947	155.369	250.674	150.404		
R\$	4.680.900	2013	2019	--	--	8.239.084	1.647.817	8.036.260	1.607.252	7.814.981	1.562.996	7.561.372	3.024.549	7.296.890	2.918.756		
Dívidas Subordinadas no Exterior						6.001.027	3.000.515	9.244.131	7.356.096	9.790.136	7.681.640	9.241.629	7.357.025	9.637.972	8.960.875	9.473.147	9.329.474
USD	300.000	2004	2014	117.476	58.738	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
USD	660.000	2010	2021	1.327.885	663.943	2.105.940	1.235.520	2.229.771	1.290.198	2.107.790	1.235.676	2.195.675	1.694.420	2.153.897	2.104.262		
USD	1.500.000	2011	2022	3.043.921	1.521.961	4.764.110	3.776.256	5.045.245	3.943.374	4.761.890	3.776.733	4.966.571	4.855.165	4.873.740	4.825.065		
USD	750.000	2012	2023	1.511.745	755.873	2.374.081	2.344.320	2.515.120	2.448.068	2.371.949	2.344.616	2.475.726	2.411.290	2.445.510	2.400.147		
Instrumentos Emitidos Conforme Resolução 4.192/2013						--	--										
Letras Financeiras Subordinadas						--	--	7.503.236	4.475.632	7.315.391	4.935.513	7.109.210	5.349.224	6.874.205	5.466.093	6.633.217	5.285.933
R\$	163.523	2014	2020	--	--	256.344	102.537	249.921	99.968	242.917	145.750	234.894	140.936	226.533	135.920		
R\$	377.100	2014	2020	--	--	575.085	230.034	560.561	336.337	544.727	326.836	526.593	315.956	507.698	304.619		
R\$	2.273.806	2014	2021	--	--	3.615.324	2.169.195	3.523.598	2.114.159	3.423.607	2.738.886	3.309.117	2.647.294	3.189.845	2.551.876		
R\$	1.594.580	2014	2021	--	--	2.413.767	1.459.693	2.352.260	1.881.808	2.285.221	1.525.014	2.208.470	1.766.776	2.128.526	1.712.903		
R\$	400.000	2014	2022	--	--	642.716	514.173	629.051	503.241	612.738	612.738	595.131	595.131	580.615	580.615		
Total das Dívidas Subordinadas						15.797.603	7.898.802	62.943.401	40.821.183	62.305.588	41.332.324	61.122.505	41.593.439	61.975.751	44.614.993	60.026.550	43.985.905
Dívidas Subordinadas emitidas até 31.12.2012 de acordo com a Res. 3.444/2007, após aplicação do redutor (valor corrente)								9.196.267		9.805.423		10.298.718		13.911.747		14.368.088	
Dívidas Subordinadas emitidas após 31.12.2012 de acordo com a Res. 4.192/2013, com redutor (Basileia III) - valor utilizado no PR								4.475.632		4.935.513		5.349.224		5.466.093		5.285.933	

⁽¹⁾ Valor de dívidas subordinadas emitidas antes de 31.12.2012 utilizadas no cálculo do nível II do PR.

Do montante de R\$ 62.943.401 mil de dívidas subordinadas, o valor de R\$ 39.523.718 mil compõe o PR em 30.09.2017 e foi apurado conforme descrito abaixo:

- 1 - o montante de R\$ 27.149.284 mil refere-se aos recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO e não sofre decaimento, compondo integralmente o PR;
- 2 - o valor de R\$ 4.475.632 mil refere-se às letras financeiras subordinadas emitidas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/13, compondo integralmente o PR (esse valor já considera o redutor por prazo de vencimento conforme artigo 27);
- 3 - De acordo com o artigo 29 da Resolução CMN n.º 4.192/13, para as demais dívidas subordinadas, autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/13, será considerado o menor valor entre:

o valor corrente das dívidas subordinadas aplicando os redutores, totalizando R\$ 9.196.267 mil em 30.09.2017;

o valor que compunha o PR em 31.12.2012 (R\$ 15.797.603 mil), aplicando os limitadores do artigo 28, ou seja, 10% ao ano, de 2013 a 2022, resultando em R\$ 7.898.802 mil (valor utilizado no PR) em 30.09.2017.

Para maiores informações a respeito da composição do Nível 2 (Dívidas Subordinadas), consultar o “Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência”.

Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
PR – Patrimônio de Referência	129.152.387	127.047.617	124.049.367	130.453.208	127.060.689
Nível I	89.648.072	87.643.046	84.867.246	90.283.551	87.975.915
Capital Principal	67.709.672	64.733.761	62.926.076	67.718.439	65.500.135
Patrimônio Líquido	82.575.294	80.199.982	79.031.521	76.702.977	75.039.488
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(22.965.622)	(23.566.221)	(24.205.445)	(17.084.538)	(17.639.353)
Capital Complementar	21.938.400	22.909.285	21.941.170	22.565.112	22.475.780
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	17.344.800	18.112.395	17.346.990	17.840.287	17.769.660
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	4.593.600	4.796.890	4.594.180	4.724.825	4.706.120
Nível II	39.504.315	39.404.571	39.182.121	40.169.657	39.084.774
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	39.523.718	39.425.703	39.193.523	40.181.808	39.096.379
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	4.475.632	4.935.513	5.349.224	5.466.093	5.285.933
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.048.086	34.490.190	33.844.299	34.715.715	33.810.446
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	27.149.284	26.591.388	25.945.497	25.237.153	24.331.884
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	7.898.802	7.898.802	7.898.802	9.478.562	9.478.562
Dedução do Nível II	(19.403)	(21.132)	(11.402)	(12.151)	(11.605)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(19.403)	(21.132)	(11.402)	(12.151)	(11.605)

⁽¹⁾ Em 30.09.2017, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

⁽²⁾ De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Tabela 8 - Ajustes Prudenciais

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ^{(1) (2)}	(9.376.228)	(9.148.813)	(9.046.318)	(4.636.849)	(5.049.484)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽¹⁾	(4.831.321)	(5.104.774)	(5.232.847)	(4.258.360)	(3.514.052)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(4.105.578)	(4.852.491)	(4.803.076)	(6.099.094)	(6.877.262)
Investimentos Superiores (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(2.229.443)	(1.757.550)	(2.070.414)	--	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(1.129.204)	(1.159.676)	(1.194.540)	(500.439)	(336.467)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(1) (3)}	(487.064)	(726.506)	(965.689)	(954.281)	(1.232.724)
Participação de não controladores ⁽¹⁾	(632.276)	(637.403)	(710.615)	(493.315)	(464.838)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽¹⁾	(77.453)	(84.327)	(91.648)	(76.391)	(76.522)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(97.055)	(94.681)	(90.298)	(65.809)	(76.988)
Ativos diferidos	--	--	--	--	(11.016)
Total	(22.965.622)	(23.566.221)	(24.205.445)	(17.084.538)	(17.639.353)

⁽¹⁾ Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/13.

⁽²⁾ Em 30.09.2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R\$ 2.400.256 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.192.230 mil foram ponderados em 250% no RWA.

⁽³⁾ O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 356.965 mil no investimento e R\$ 251.865 mil no intangível. No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/09.

Para mais informações a respeito da composição do Patrimônio de Referência (PR), consultar o “Anexo 1 – Composição do Patrimônio de Referência”.

4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)

O PRMR é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN n.º 4.193/13.

O PRMR corresponde à aplicação do fator “F” ao montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), sendo:

- 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015;
- 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016;
- 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017;
- 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e
- 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

Na apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA), considera-se a soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD}, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- RWA_{MPAD}, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; e
- RWA_{OPAD}, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O escopo de consolidação, utilizado como base para a verificação dos limites operacionais, considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/13.

Os limites mínimos de PR, Capital Principal e Capital Nível I, em linha com o cronograma de implantação dos novos requerimentos de capital, são os seguintes:

Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA

Indicador	out/13	jan/14	jan/15	jan/16	jan/17	jan/18	jan/19
a) Capital Principal mínimo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
b) Adicional de Capital Principal (b.1 + b.2 + b.3)	0,0%	0,0%	0,0%	0,625%	2,8%	4,3%	6,0%
b.1) ACP Conservação	0%	0%	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
b.2) ACP Contracíclico (limite superior) ¹	0%	0%	0%	0%	1,25%	1,875%	2,5%
b.3) ACP Sistemico (limite superior) ²	0%	0%	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
c) Requisito A + B	4,5%	4,5%	4,5%	5,1%	7,3%	8,8%	10,5%
d) Capital Nível I mínimo	5,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
e) Requisito D + B	5,5%	5,5%	6%	6,63%	9%	10,25%	12%
f) PR mínimo	11,0%	11,0%	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
g) Requisito F + B	11,0%	11,0%	11,0%	10,5%	12,0%	12,875%	14,0%

⁽¹⁾ ACP Contracíclico igual a 0% em 2016, conforme Circular Bacen 3.769/13.

⁽²⁾ Limite aplicável à categoria intermediária, dada a relação Exposição/PIB dos bancos brasileiros, conforme Circular Bacen nº 3.768/15.

Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido

R\$ mil		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Risco de Crédito	RWA_{CPAD}	602.898.952	633.781.384	618.942.361	643.214.021	668.871.950
	Exposições sujeitas ao FPR de 2%	47.234	50.567	40.857	22.037	30.649
	Exposições sujeitas ao FPR de 20%	2.756.504	2.835.250	3.351.759	3.134.839	3.476.453
	Exposições sujeitas ao FPR de 35%	13.503.965	13.340.421	12.952.516	12.796.987	12.457.028
	Exposições sujeitas ao FPR de 50%	16.901.985	16.345.807	17.029.314	18.970.003	18.462.330
	Exposições sujeitas ao FPR de 75%	191.772.181	194.997.681	189.375.729	193.643.390	198.863.590
	Exposições sujeitas ao FPR de 85%	126.869.757	137.035.719	137.064.037	143.678.685	149.909.403
	Exposições sujeitas ao FPR de 100%	220.455.343	234.195.590	227.274.919	239.377.401	255.521.661
	Exposições sujeitas ao FPR de 250%	25.391.122	24.275.157	23.597.274	25.394.409	24.562.547
	Exposições sujeitas ao FPR de 300%	904.992	933.002	964.641	1.153.659	825.978
	Exposições sujeitas ao FPR de 1.250%	3.923.577	9.327.613	6.693.146	4.447.039	3.690.953
Ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	372.292	444.578	598.168	595.572	1.071.359	
Risco Operacional	RWA_{OPAD}	55.737.907	54.986.312	54.986.312	43.792.910	37.151.992
	Administração de Ativos	1.770.032	1.660.609	1.660.609	1.540.543	1.540.447
	Comercial	26.093.286	26.434.128	26.434.128	25.012.598	25.012.098
	Corretagem de Varejo	50.455	54.338	54.338	50.503	50.803
	Finanças Corporativas	(490.918)	256.083	256.083	927.730	(6.184.095)
	Negociação e Vendas	8.199.599	6.703.383	6.703.383	(2.085.967)	(2.758.803)
	Pagamentos e Liquidações	3.446.440	3.499.197	3.499.197	2.927.139	4.065.768
	Serviços de Agente Financeiro	1.748.668	1.799.753	1.799.753	1.650.783	1.655.794
Varejo	14.920.344	14.578.819	14.578.819	13.769.579	13.769.979	
Risco de Mercado	RWA_{MPAD}	15.831.399	16.644.771	9.722.873	18.844.349	16.417.959
	Taxa de juros prefixadas denominadas em real - RWA _{JUR} [1]	2.450.272	2.844.123	501.534	450.012	410.752
	Taxa dos cupons de moedas estrangeiras - RWA _{JUR} [2]	2.500.091	1.422.021	929.247	1.624.172	7.127.309
	Taxa dos cupons de índices de preços - RWA _{JUR} [3]	356.660	261.160	106.867	350.814	11.149
	Taxa dos cupons de taxas de juros - RWA _{JUR} [4]	-	-	-	-	-
	Preço de ações - RWA _{ACS}	40.720	8.613	-	-	-
	Preço de commodities - RWA _{COM}	660	3.669	4.243	2.927	1.923
Moeda estrangeira - RWA _{CAM}	10.482.995	12.105.186	8.180.981	16.416.423	8.866.827	
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)⁽¹⁾	674.468.258	705.412.467	683.651.545	705.851.279	722.441.901	
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁽²⁾	62.388.314	65.250.653	63.237.768	69.702.814	71.341.138	

⁽¹⁾ Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

⁽²⁾ Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

4.3. Índices de Adequação de Capital

Os índices de capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco, respectivamente.

A tabela seguinte demonstra a evolução do Índice de Basileia (IB), do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível 1 (ICN1), da parcela R_{BAN} , da margem de compatibilização do PR e do Adicional de Capital Principal (ACP).

Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR

	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Patrimônio de Referência (PR) (R\$ mil)⁽¹⁾	129.152.387	127.047.617	124.049.367	130.453.208	127.060.689
Nível I (R\$ mil)	89.648.072	87.643.046	84.867.245	90.283.551	87.975.915
Capital Principal (R\$ mil)	67.709.672	64.733.761	62.926.075	67.718.439	65.500.135
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (R\$ mil)⁽³⁾	674.468.258	705.412.467	683.651.545	705.851.279	722.441.901
Adicional de Capital Principal (ACP) (R\$ mil)⁽⁴⁾	10.117.024	10.581.187	10.254.773	4.411.570	4.515.262
ACP Conservação	8.430.853	8.817.656	8.545.644	4.411.570	4.515.262
ACP Contracíclico	0	0	0	-	0
ACP Sistemico	1.686.171	1.763.531	1.709.129	-	0
Índice de Basileia (IB)	19,15%	18,01%	18,15%	18,48%	17,59%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1)	13,29%	12,42%	12,41%	12,79%	12,18%
Índice de Capital Principal (ICP)	10,04%	9,18%	9,20%	9,59%	9,07%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) (R\$ mil)⁽²⁾	62.388.314	65.250.653	63.237.768	69.702.814	71.341.138
Risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_{BAN}) (R\$ mil)	7.188.077	5.997.610	6.403.594	4.947.302	4.693.193
Margem de compatibilização do PR (PR - PRMR - R_{BAN}) (R\$ mil)⁽⁵⁾	59.575.996	55.799.353	54.408.005	55.803.092	51.026.358

⁽¹⁾ Conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

⁽²⁾ Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽³⁾ Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

⁽⁴⁾ Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, a partir de 31.03.2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal.

⁽⁵⁾ Conforme Instruções de Preenchimento do DLO - Conta 953 - Fonte: www.bcb.gov.br

4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR

O Banco do Brasil elabora e revisa anualmente o seu Plano de Capital que abrange horizonte temporal mínimo de 36 meses, vinculado às orientações negociais e econômicas contidas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB), com objetivo de assegurar que o capital seja suficiente para amparar, além dos riscos relevantes, o crescimento dos negócios, de modo a garantir os índices de solvência da Instituição, considerando inclusive cenários de estresse, sendo aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração do BB.

O Plano de Capital abrange as entidades, localizadas no País e no exterior, integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

Para subsidiar a elaboração do Plano, são realizadas projeções, tanto do PR quanto do RWA, referenciadas em aspectos regulatórios, documentos estratégicos, dinâmica dos negócios e informações técnicas discutidas no âmbito do Fórum de Capital.

Além disso, são realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em único cenário macroeconômico de estresse, severo e pautado por premissas plausíveis, que subsidiam a elaboração do Plano de Contingência de Capital (PCC).

O Plano de Contingência de Capital tem por objetivo assegurar o enquadramento do Banco aos níveis regulatórios e prudenciais de capital, caso as fontes de capital definidas no Plano de Capital mostrem-se insuficientes ou inviáveis, ou ainda na ocorrência de acontecimentos não previstos.

O acompanhamento da execução do Plano de Capital é realizado mensalmente pelo Fórum de Capital e reportado para a Alta Administração. Neste acompanhamento, são avaliadas as projeções e as necessidades de realinhamento de estratégia, levando em consideração os valores realizados, os testes de estresse, as eventuais alterações regulatórias e as expectativas dos negócios.

Nesse contexto, o BB avalia as projeções com base nos limites de cada indicador e no prazo para eventual descumprimento, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital

Indicadores de Capital	Prazo de descumprimento (meses)					
	a partir de 31	30 a 25	24 a 19	18 a 13	12 a 7	6 a 0
ICP	VIGILÂNCIA	ALERTA			CRÍTICO	
ICN1	VIGILÂNCIA		ALERTA		CRÍTICO	
IBP	VIGILÂNCIA			ALERTA		CRÍTICO

Observa-se, de acordo com o quadro acima, que, quando as projeções indicarem potencial extrapolação futura de índice de capital, a empresa terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

Os estados de capital são acompanhados e reportados mensalmente nas reuniões do Fórum de Capital e dos Comitês Estratégicos vinculados à estrutura de gestão de capital (CEGAPC e CSGRC), contendo, quando necessárias, sugestões de medidas de contingência de capital a serem adotadas.

Por fim, para o processo de gerenciamento de capital, o Banco utiliza indicador denominado Retorno Ajustado ao Risco (RAR), que visa garantir sustentabilidade do crescimento do BB no longo prazo e melhorar a alocação de capital, priorizando o crescimento de negócios que geram lucros de forma consistente com o consumo de capital.

4.5. Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem, instituída por meio da Circular Bacen nº 3.748/15, tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e o consequente aumento do risco sistêmico, com impactos indesejáveis na economia. A seguir, são apresentados o Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem e o Resumo Comparativo entre as Demonstrações Financeiras publicadas e a Razão de Alavancagem.

Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem

R\$ mil	3T17
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.023.242.174
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(24.363.570)
Total das exposições contabilizadas no BP	998.878.604
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	
Valor de reposição em operações com derivativos	783.958
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	717.929
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	--
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	--
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	1.501.887
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	8.198.523
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	--
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	730.838
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	73.628.588
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	82.557.949
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	127.011.315
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(94.507.903)
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	32.503.412
Capital e Exposição Total	
Nível I	89.648.072
Exposição Total	1.115.441.853
Razão de Alavancagem (RA)	
Razão de Alavancagem de Basileia III	8,04%

Tabela 13 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

R\$ mil	3T17
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.397.670.989
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	0
Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	(4.762)
Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	51.007
Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	(302.466.293)
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	32.503.412
Outros ajustes	(12.312.501)
Exposição Total	1.115.441.853

5. Participações Societárias

O Banco do Brasil S.A. possui amplo e diversificado conjunto de negócios, produtos, serviços, atividades e clientes. Pela natureza organizacional, por opção estratégica ou por exigências legais e regulatórias, a operacionalização de seus negócios e processos está distribuída entre o Banco Múltiplo³ e suas Entidades Ligadas (ELBB)⁴, localizados no país e no exterior, sob variadas formas organizacionais e jurídicas.

A seguir, detalha-se o conjunto de participações societárias não classificadas na Carteira de Negociação, segregado por segmentos de negócios:

³ Refere-se ao Banco do Brasil S.A. (BB).

⁴ O conjunto de ELBB é composto de empresas controladas, subsidiárias integrais, coligadas, participadas (simples participações), patrocinadas, administrada e fundação.

Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação

R\$ mil	3T17		2T17		1T17		4T16		3T16								
	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾					
Segmento Bancário																	
Banco Votorantim S.A.	(2)	(3)	50,00%	4.388.391	484.424	50,00%	4.253.916	464.639	50,00%	4.179.000	452.406	50,00%	4.212.969	629.698	50,00%	4.207.493	598.492
Banco CBSS S.A.	(3)		49,99%	204.095	22.530	49,99%	205.380	22.433	49,99%	214.454	23.216		--	--	--	--	--
Segmento Investimentos																	
Kepler Weber S.A.	(3)		17,45%	79.351	7.087	17,45%	79.996	7.147	17,45%	80.865	7.227	17,45%	82.725	7.899	17,45%	83.747	8.000
Neenergia S.A.	(3)		9,35%	1.317.687	121.886	11,99%	1.155.058	106.843	11,99%	1.167.250	107.971	11,99%	1.154.899	114.046	11,99%	1.172.593	115.794
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização																	
BB Seguridade Participações S.A.	(4)		66,36%	5.699.481	539.100	66,36%	4.899.350	477.402	66,36%	5.302.538	495.702	66,36%	4.716.654	778.493	66,36%	5.099.283	810.711
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(5)		12,09%	2.220	210	12,09%	2.583	252	12,09%	2.595	243	12,09%	2.589	427	12,09%	2.547	405
Segmento Meios de Pagamento																	
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(5)	(6)	12,52%	57.303	5.301	12,52%	55.593	5.142	12,52%	53.720	4.969	12,52%	50.603	4.997	12,52%	49.238	4.862
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(3)		49,99%	664.804	62.925	49,99%	627.201	61.116	49,99%	607.688	56.809	--	--	--	--	--	--
Cielo S.A.	(3)		28,68%	3.015.179	285.393	28,69%	2.981.622	290.535	28,70%	2.839.628	265.460		--	--	--	--	--
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(3)		50,07%	1.747.140	165.371	50,08%	1.735.363	169.097	50,09%	1.720.075	160.799	--	--	--	--	--	--
Outros Segmentos																	
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(4)		100,00 %	2.314	214	100,00 %	1.649	153	100,00 %	505	47	100,00 %	6	1	100,00%	5.124	506
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(4)		100,00 %	--	--	100,00 %	(5.149)	(476)	100,00 %	(2.409)	(223)	100,00 %	1.792	177	100,00%	4.715	466
BB Tecnologia e Serviços	(4)		99,99%	257.439	23.813	99,99%	251.355	23.250	99,99%	239.927	22.193	99,99%	243.583	24.054	99,97%	231.688	22.879
Cadam S.A.	(5)		21,64%	15.483	1.059	21,60%	16.569	1.159	21,60%	16.288	1.133	21,60%	15.663	1.148	21,64%	15.261	1.108
Cia Hidromineral Piratuba	(5)		14,13%	2.710	251	14,13%	2.720	252	14,13%	2.733	253	14,13%	2.717	268	14,13%	2.611	258
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	(5)		11,11%	4.716	436	11,11%	4.717	436	11,11%	4.755	440	11,11%	5.533	546	11,11%	6.243	616
Elo Holding Financeira S.A.	(3)		49,99%	72	7	49,99%	81	8	49,99%	83	8	--	--	--	--	--	--
Provisão para Investimentos	(7)			(8.965)			(8.965)			(6.770)			(6.770)			(6.770)	

(1) Valor referente ao requerimento mínimo de capital para as participações societárias registradas no ativo permanente e incluídas no cálculo dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito (RWA_{CPAD}), nos termos da Circular Bacen nº 3.644/2013.

(2) Em 30.09.2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R\$ 2.400.256 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.192.230 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) Controlada em conjunto, avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(4) Controladas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(5) Coligadas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(6) Empresas não enquadradas como "Instituições de Pagamento".

(7) Perdas não realizadas, mas reconhecidas, referente às empresas Cadam S.A. e Kepler Weber S.A, cujo valor é computado na apuração do Capital Principal.

5.1. Avaliação das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB)

A regulação vigente impõe a necessidade de a estrutura integrada de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Em consonância com a regulação vigente, o Banco avalia a gestão de riscos das entidades ligadas, conforme as atividades ou segmentos de negócio das empresas, emitindo orientações para adequação das empresas quanto ao gerenciamento dos riscos e seu alinhamento com as práticas adotadas pela Instituição.

As avaliações são realizadas em ciclos anuais por meio de informações fornecidas pelas empresas, sendo analisados aspectos quantitativos e qualitativos.

Ao término das avaliações, são elaborados relatórios, para encaminhamento às empresas e aos seus conselheiros indicados pelo Banco para apreciação das orientações emitidas e adoção das providências necessárias.

Os resultados das avaliações são reportados aos comitês executivos de riscos e de governança, ao CSGRC, CD, Coaud, Coris e CA.

6. Gestão de Riscos

6.1. Risco de Crédito

6.1.1. Política Específica de Crédito

A Política Específica de Crédito do Banco do Brasil contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado Prudencial. É aprovada pelo CA e revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A Política Específica de Crédito orienta sobre o processo de crédito, compreendendo a abrangência, a, assunção de risco de crédito, a cobrança e recuperação de Crédito e gerenciamento do risco de crédito. Contém conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil. A seguir, estão relacionados tópicos importantes abordados na Política Específica de Crédito do Banco do Brasil:

- a) condições para assunção de risco;
- b) segregação de funções;
- c) orientações para cobrança e recuperação de crédito;
- d) decisões colegiadas;
- e) apetite ao risco;
- f) níveis de provisão e de capital;
- g) testes de estresse;
- h) classificação de clientes; e
- i) planejamento de capital.

6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na Política Específica de Crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito

Alinhado aos objetivos do gerenciamento do risco de crédito, o CA aprova a Política Específica de Crédito e a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos do BB, que contemplam direcionadores para o risco de crédito.

A partir dos direcionadores aprovados pelo CA, são definidas as estratégias de gerenciamento do risco de crédito, descritas abaixo, que têm o objetivo de orientar as ações em nível operacional:

- a) aprovação de modelos para gestão do risco de crédito;
- b) definição de metas de adimplência, recuperação, perda máxima e qualidade da carteira de crédito;
- c) estabelecimento de limites de risco, de concentração e de exposição, inclusive com países estrangeiros; e
- d) manutenção de níveis adequados de provisionamento e de capital.

6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito

A mensuração do risco de crédito é realizada por meio de diversos índices: de inadimplência, de qualidade da carteira, de provisão para devedores duvidosos, de concentração, de exigência de capital, entre outros, que refletem o perfil de risco do Banco do Brasil.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficientes para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

6.1.4.1. Exigência de Capital Regulatório para Risco de Crédito

O Banco mensura a exigência de capital regulatório para cobertura do risco de crédito por meio da Abordagem Padronizada, cujos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referentes às exposições ao risco de crédito foram divulgados pelo Bacen por meio da Circular nº 3.644/13.

Esses procedimentos foram implementados em sistema proprietário que efetua a mensuração do capital exigido, permitindo a avaliação tempestiva da solvência do Banco, conforme as normas do Regulador. O Banco utiliza informações do Capital Regulatório para avaliar a eficiência da alocação de capital e para o planejamento de capital.

6.1.4.2. Risco de Concentração de Crédito

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de *Herfindahl-Hirshman*, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para risco de crédito, tanto na visão individual quanto na setorial (considerando grupos segmentados por atividade e por porte).

6.1.5. Instrumentos Mitigadores

Para a vinculação de garantias em operação de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é o obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito. Abaixo, são apresentados os percentuais utilizados:

Tabela 15 - Cobertura de Garantias

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
- Recibo de depósito bancário	100%
- Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
- Poupança	100%
- Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>PledgeAgreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
- Carta de crédito <i>standby</i>	100%
- Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)	100%
- Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe)	100%
- Fundo de Garantia de Operações (FGO)	100%
- Fundo Garantidor para Investimento (FGI)	100%
- Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>PledgeAgreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos <i>offshore</i> - BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
Demais garantias ⁽⁷⁾	50%

⁽¹⁾ Exceto os que possuam contrato de swap.

⁽²⁾ Mesma moeda da operação.

⁽³⁾ Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

⁽⁴⁾ Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

⁽⁵⁾ Exclusivo ou varejo.

⁽⁶⁾ Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

⁽⁷⁾ Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios, representadas por aplicações financeiras, devem estar internalizadas no Banco e bloqueadas pela Instituição, devendo este bloqueio permanecer até a liquidação da operação.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Considerando os instrumentos mitigadores de risco de crédito definidos pela Circular Bacen nº 3.809/16, a tabela a seguir apresenta o valor total mitigado em termos de ativos ponderados pelo risco, segmentado por tipo e FPR do mitigador.

Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respetivo Fator de Risco

R\$ mil		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Total⁽¹⁾	FPR do Mitigador	43.765.391	44.399.775	45.157.154	44.857.862	46.039.077
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil	0%	36.162.772	36.856.111	36.097.852	35.776.926	36.084.769
Garantia prestada por Fundos Garantidores	0%	-	-	-	-	13
Garantia prestada por Fundos Garantidores	50%	-	-	1.602.153	2.085.050	2.639.342
Depósitos mantidos na própria instituição	0%	1.251.041	1.313.001	1.342.158	952.890	1.171.160
Garantia de instituições financeiras	50%	173.851	198.640	288.402	278.970	366.251
Repasses de descontos em folha de pagamento ⁽²⁾	50%	6.177.727	6.032.023	5.826.590	5.764.026	5.777.542

⁽¹⁾ Valor total mitigado pelos instrumentos definidos pela Circular BACEN nº 3.809/2016 para as exposições em operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias

⁽²⁾ O instrumento mitigador de risco de crédito representado por repasses de desconto em folha de pagamento foi introduzido pela Circular Bacen 3.714, que passou a vigorar na data-base Ago/14

6.1.5.1. Processos de Monitoramento da Efetividade dos Mitigadores

O monitoramento da efetividade dos mitigadores faz parte do gerenciamento do risco de crédito do Banco. São exemplos: o acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito, a classificação de risco das operações de crédito e a cobrança e recuperação de créditos.

Os processos de acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito e de classificação de risco das operações de crédito produzem informações importantes para verificar a efetividade dos instrumentos mitigadores. O baixo índice de inadimplência observado em determinados segmentos da carteira de crédito e o menor nível de provisionamento em determinadas operações podem ser explicados pela existência de garantias vinculadas às exposições, reduzindo o risco de crédito e a necessidade de capital para sua cobertura.

6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta os níveis de concentração dos dez maiores clientes em relação ao total de operações com característica de concessão de crédito.

Tabela 17 - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito

	1º ao 10º	1º ao 100º
3T17	12,43%	25,81%
2T17	12,59%	25,80%
1T17	12,74%	25,89%
4T16	12,58%	26,09%
3T16	13,58%	28,93%

A seguir, apresenta-se a exposição média ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ).

Ressalte-se que, no Banco do Brasil, os conceitos utilizados para Carteira Ampliada e Créditos a liberar são:

- Carteira Ampliada BB:** Carteira Classificada BB (Carteira Interna BB + Externa BB), Garantias BB e Títulos e Valores Mobiliários BB; e
- Créditos a Liberar:** Representam as parcelas dos limites de crédito que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo os limites de cheque-especial e cartão de crédito (saldo de créditos a liberar em limites não canceláveis) e as parcelas no cronograma de liberação que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo: Finame, BNDES com

cronograma de liberação de recursos (saldo de créditos a liberar em operações de cronograma).

Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito

R\$ milhões	3T17		2T17		1T17		4T16		3T16	
	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio
Pessoa Física										
Agronegócio	137.481	137.482	140.528	138.950	135.680	134.307	132.698	130.786	130.309	130.875
Imobiliário	43.698	43.455	43.116	42.935	42.736	42.603	42.178	41.831	41.292	40.871
Consignado	65.600	65.125	64.219	63.429	62.442	62.240	62.596	62.634	62.838	62.988
Veículo	5.093	5.207	5.433	5.528	5.771	5.922	6.233	6.413	6.804	6.991
Cartão	62.900	62.440	60.853	59.656	59.291	58.977	58.198	62.531	64.693	65.608
Outros	54.764	55.011	55.886	55.674	55.378	55.360	59.787	56.703	57.366	57.343
Total PF	369.537	368.720	370.034	366.172	361.298	359.409	361.690	360.897	363.301	364.675
Pessoa Jurídica										
Agronegócio	45.230	46.450	49.847	47.975	46.164	46.926	49.179	49.561	51.308	52.400
Investimentos	69.974	70.160	71.410	71.348	73.384	74.716	78.183	77.536	78.400	80.219
Import/Export.	14.422	14.241	14.168	13.695	13.427	13.493	14.487	14.961	16.938	17.603
Capital de Giro	163.185	163.631	166.295	167.061	170.318	171.576	176.283	180.429	186.704	188.676
Outros	117.534	120.229	127.714	125.675	126.462	128.993	136.622	141.127	153.255	156.156
Total PJ	410.345	414.711	429.434	425.754	429.755	435.704	454.754	463.614	486.605	495.054
Total	779.881	783.431	799.468	791.925	791.054	795.113	816.444	824.512	849.907	859.729

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Na próxima tabela, destaca-se a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas jurídicas (PJ), segregada por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas

R\$ milhões	3T17				
	Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro
Centro-Oeste	1.555	20.299	317	10.896	6.727
Nordeste	862	3.484	267	10.287	6.895
Norte	129	2.749	40	3.505	3.056
Sudeste	34.094	33.352	10.805	116.406	67.081
Sul	8.589	8.339	2.992	14.923	10.990
Exterior	-	1.751	-	7.169	22.785
Total	45.230	69.974	14.422	163.185	117.534

R\$ milhões	2T17				
	Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro
Centro-Oeste	1.652	19.414	296	11.594	7.194
Nordeste	878	3.625	246	10.986	7.145
Norte	106	2.883	36	3.651	3.242
Sudeste	38.728	34.434	10.285	116.158	73.098
Sul	8.484	8.747	3.306	16.168	11.599
Exterior	-	2.306	-	7.739	25.436
Total	49.847	71.410	14.168	166.295	127.714

R\$ milhões	1T17				
	Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro
Centro-Oeste	1.234	20.587	383	11.867	6.630
Nordeste	453	3.762	176	11.401	7.785
Norte	87	3.004	40	3.833	3.414
Sudeste	36.691	35.018	9.924	118.558	73.477
Sul	7.699	9.065	2.904	16.848	12.042
Exterior	-	1.948	-	7.814	23.115
Total	46.164	73.384	13.427	170.321	126.463

R\$ milhões	4T16				
	Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro
Centro-Oeste	1.222	23.169	311	12.656	6.438
Nordeste	425	3.931	226	11.990	8.525
Norte	93	3.131	52	4.083	3.593
Sudeste	39.387	36.092	10.791	121.132	79.702
Sul	8.052	9.586	3.098	17.979	13.044
Exterior	-	2.275	8	8.444	25.320
Total	49.179	78.184	14.486	176.284	136.622

R\$ milhões						
3T16						
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.207	21.238	418	12.660	6.370	
Nordeste	380	4.080	269	12.801	8.987	
Norte	113	3.281	47	4.305	3.591	
Sudeste	41.365	36.833	13.030	128.614	89.270	
Sul	8.242	10.138	3.164	19.434	14.025	
Exterior	-	2.832	10	8.890	31.013	
Total	51.308	78.400	16.938	186.704	153.255	

A tabela seguinte apresenta a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas físicas (PF), segregada por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 20 - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas

R\$ milhões						
3T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	35.601	7.284	6.864	801	9.420	7.904
Nordeste	10.278	9.575	16.504	1.281	11.447	10.331
Norte	8.873	1.580	5.065	485	3.419	3.319
Sudeste	40.462	18.279	30.650	1.628	27.011	23.703
Sul	42.267	6.980	6.516	898	11.604	8.582
Exterior	-	-	-	-	-	925
Total	137.481	43.698	65.600	5.093	62.900	54.764

R\$ milhões						
2T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	36.506	7.217	6.731	855	9.127	7.858
Nordeste	10.356	9.328	16.129	1.340	11.023	10.550
Norte	8.642	1.556	4.910	514	3.298	3.399
Sudeste	40.651	18.106	30.161	1.755	26.210	24.296
Sul	44.372	6.909	6.287	969	11.194	8.755
Exterior	-	-	-	-	-	1.029
Total	140.528	43.116	64.219	5.433	60.853	55.886

R\$ milhões						
1T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	35.070	7.147	6.503	897	8.940	7.451
Nordeste	9.798	9.101	15.663	1.402	10.734	10.506
Norte	8.216	1.536	4.768	538	3.239	3.367
Sudeste	39.398	18.080	29.529	1.882	25.546	24.253
Sul	43.198	6.871	5.979	1.052	10.832	8.752
Exterior	-	-	-	-	-	1.049
Total	135.680	42.735	62.442	5.771	59.291	55.378

R\$ milhões						
4T16						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	33.034	7.083	6.589	958	8.757	7.970
Nordeste	9.554	8.759	15.624	1.500	10.508	11.264
Norte	7.833	1.517	4.771	576	3.182	3.527
Sudeste	39.576	18.002	29.686	2.046	25.146	26.302
Sul	42.701	6.816	5.926	1.153	10.605	9.602
Exterior	-	-	-	-	-	1.121
Total	132.698	42.177	62.596	6.233	58.198	59.786

R\$ milhões						
3T16						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	31.842	6.983	6.533	1.038	9.698	7.550
Nordeste	9.286	8.370	15.640	1.632	11.610	10.850
Norte	7.549	1.476	4.768	625	3.497	3.500
Sudeste	39.755	17.734	29.997	2.248	28.085	25.304
Sul	41.877	6.729	5.900	1.260	11.802	8.966
Exterior	-	-	-	-	-	1.196
Total	130.309	41.292	62.838	6.804	64.693	57.366

Na próxima tabela, apresenta-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico.

Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico

R\$ milhões	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Administração Pública	41.059	41.946	40.592	40.835	40.742
Agronegócio de Origem Animal	15.993	16.561	16.403	17.354	17.486
Agronegócio de Origem Vegetal	34.257	34.308	31.844	33.330	34.924
Atividades Específicas da Construção	12.495	13.378	13.742	14.623	15.566
Automotivo	21.672	22.621	22.790	24.081	27.355
Bebidas	1.880	1.999	2.000	2.046	2.169
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	6.341	6.380	6.427	7.206	8.055
Comércio Varejista	14.754	15.511	16.114	18.113	20.465
Construção Pesada	4.299	5.352	5.537	7.635	8.042
Couro e Calçados	2.621	3.033	3.116	3.331	3.459
Demais Atividades	31	18	14	47	20
Eletroeletrônico	9.304	9.885	10.078	10.847	9.975
Energia Elétrica	29.843	31.154	32.013	36.286	39.071
Imobiliário	19.171	20.718	22.146	24.134	25.543
Instituições e Serviços Financeiros	25.345	26.293	24.881	28.296	32.228
Insumos Agrícolas	9.897	10.305	9.675	10.614	11.375
Madeireiro e Moveleiro	6.096	6.453	6.734	7.077	7.787
Metalurgia e Siderurgia	33.892	35.607	37.218	38.619	41.669
Papel e Celulose	6.318	7.108	7.515	8.434	9.668
Petroleiro	40.763	40.810	40.635	41.243	46.833
Químico	8.318	8.280	8.525	9.070	9.730
Serviços	24.581	26.576	28.023	25.265	26.239
Telecomunicações	6.063	7.925	6.313	6.444	6.380
Textil e Confecções	8.644	9.394	9.502	10.455	11.659
Transportes	26.706	27.820	27.918	29.371	30.163
Pessoa Física	369.537	370.034	361.298	361.690	363.301
Total⁽¹⁾	779.882	799.468	791.053	816.444	849.907

(1) Carteira Ampliada BB e créditos a liberar

Nas tabelas seguintes, demonstra-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico e carteiras de crédito (PJ).

Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 3T17

R\$ milhões	3T17				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	7.680	0	27.524	5.854
Agronegócio de Origem Animal	7.952	875	2.602	2.626	1.937
Agronegócio de Origem Vegetal	13.678	5.036	4.974	5.961	4.607
Atividades Específicas da Construção	114	2.303	417	3.418	6.242
Automotivo	123	3.420	703	10.981	6.444
Bebidas	298	233	157	919	272
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.246	651	159	2.947	1.339
Comércio Varejista	389	1.446	23	7.672	5.225
Construção Pesada	23	559	293	1.150	2.275
Couro e Calçados	-	179	444	1.185	814
Demais Atividades	-	1	-	7	24
Eletroeletrônico	-	581	210	3.301	5.212
Energia Elétrica	1.952	6.917	45	10.951	9.978
Imobiliário	26	809	2	3.171	15.163
Instituições e Serviços Financeiros	315	12.096	-	3.529	9.405
Insumos Agrícolas	2.448	1.152	799	2.852	2.646
Madeireiro e Moveleiro	462	1.827	377	2.245	1.185
Metalurgia e Siderurgia	1.467	1.667	1.974	20.843	7.942
Papel e Celulose	373	648	156	2.600	2.541
Petroleiro	12.934	2.401	330	19.329	5.770
Químico	75	1.054	285	4.341	2.563
Serviços	123	4.354	72	13.652	6.381
Telecomunicações	-	86	2	3.558	2.417
Textil e Confecções	640	708	377	4.187	2.732
Transportes	593	13.290	21	4.237	8.565
Total⁽¹⁾	45.230	69.974	14.422	163.185	117.534

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T17

R\$ milhões	2T17				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública		7.879	0,20	28.714	5.353
Agronegócio de Origem Animal	8.104	880	2.687	2.896	1.995
Agronegócio de Origem Vegetal	13.267	5.592	4.341	6.351	4.757
Atividades Específicas da Construção	113	2.426	457	3.791	6.591
Automotivo	121	3.492	1.222	10.948	6.837
Bebidas	320	264	174	930	310
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	944	674	164	3.160	1.437
Comércio Varejista	438	1.500	6	8.032	5.535
Construção Pesada	13	598	267	1.236	3.238
Couro e Calçados		194	517	1.352	971
Demais Atividades	2	1		4	11
Eletroeletrônico		615	282	3.514	5.473
Energia Elétrica	2.129	7.037	45	11.170	10.773
Imobiliário	25	847	2	3.501	16.343
Instituições e Serviços Financeiros	398	11.009		3.661	11.226
Insumos Agrícolas	2.511	1.280	731	2.892	2.891
Madeireiro e Moveleiro	401	1.873	389	2.455	1.336
Metalurgia e Siderurgia	1.592	1.873	1.659	22.267	8.217
Papel e Celulose	651	696	153	2.806	2.801
Petroleiro	17.419	2.560	216	14.909	5.706
Químico	84	1.098	283	4.519	2.296
Serviços	123	4.535	90	14.570	7.258
Telecomunicações		88	1	3.639	4.196
Textil e Confecções	615	759	442	4.558	3.019
Transportes	577	13.641	40	4.418	9.145
Total⁽¹⁾	49.847	71.410	14.168	166.295	127.714

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 1T17

R\$ milhões	1T17				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública		8.041	-	27.744	4.807
Agronegócio de Origem Animal	7.366	907	2.636	3.148	2.347
Agronegócio de Origem Vegetal	11.513	5.339	3.724	6.626	4.642
Atividades Específicas da Construção	100	2.532	381	3.958	6.772
Automotivo	116	3.841	1.379	10.845	6.608
Bebidas	237	281	303	866	313
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	755	695	157	3.316	1.504
Comércio Varejista	195	1.557	22	8.423	5.916
Construção Pesada		657	322	1.428	3.130
Couro e Calçados		214	440	1.398	1.063
Demais Atividades		2		4	9
Eletroeletrônico		606	286	3.641	5.544
Energia Elétrica	1.911	7.151	43	11.720	11.189
Imobiliário	25	885		3.906	17.330
Instituições e Serviços Financeiros	450	12.018		3.716	8.697
Insumos Agrícolas	2.069	1.197	608	2.747	3.056
Madeireiro e Moveleiro	411	1.903	359	2.583	1.477
Metalurgia e Siderurgia	1.555	1.925	1.679	23.642	8.418
Papel e Celulose	642	747	148	3.063	2.915
Petroleiro	17.539	2.654	145	14.434	5.767
Químico	57	1.130	248	4.530	2.560
Serviços	104	4.679	92	15.556	7.593
Telecomunicações		93	1	3.655	2.564
Textil e Confecções	529	787	417	4.761	3.008
Transportes	591	13.543	40	4.503	9.242
Total⁽¹⁾	46.164	73.384	13.427	170.213	126.567

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

As próximas tabelas apresentam a exposição ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ), segregadas pelo prazo a decorrer das operações.

Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 3T17

R\$ milhões	3T17			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1a5 anos	Acima de 5 anos
Tipo de Exposição				
Agro PF	22.798	16.654	44.086	53.944
PF Cartao de Crédito	12.160	243	176	50.321
PF Consignado	514	1.253	27.015	36.818
PF Imobiliario	17	9	304	43.369
PF Veiculos	175	384	4.475	60
PF Outros	13.236	10.140	20.064	11.325
Total PF	48.898	28.681	96.121	195.836
Agro PJ	6.698	7.577	22.792	8.162
PJ Capital de Giro	47.004	10.690	64.482	41.010
PJ Importacao e Exportacao	9.792	4.499	131	0
PJ Investimento	2.669	919	22.283	44.103
PJ Outros	24.214	10.216	55.003	28.422
Total PJ	90.378	33.901	164.691	121.697
Total	139.276	62.582	260.811	317.533

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T17

R\$ milhões	2T17			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1a5 anos	Acima de 5 anos
Tipo de Exposição				
Agro PF	30.033	15.286	40.939	54.270
PF Cartao de Crédito	16.602	325	284	43.641
PF Consignado	636	1.221	26.711	35.650
PF Imobiliario	33	8	297	42.779
PF Veiculos	206	421	4.720	86
PF Outros	12.037	11.885	20.429	11.534
Total PF	59.548	29.146	93.379	187.961
Agro PJ	7.172	5.300	28.708	8.667
PJ Capital de Giro	47.109	12.426	63.181	43.579
PJ Importacao e Exportacao	8.825	5.191	152	-
PJ Investimento	2.707	1.416	21.452	45.834
PJ Outros	28.783	10.071	59.151	29.708
Total PJ	94.596	34.405	172.645	127.788
Total	154.144	63.551	266.025	315.749

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 1T17

R\$ milhões	1T17			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1a5 anos	Acima de 5 anos
Tipo de Exposição				
Agro PF	20.912	27.197	33.460	54.110
PF Cartao de Crédito	12.476	417	387	46.011
PF Consignado	561	1.213	26.021	34.647
PF Imobiliario	40	5	295	42.396
PF Veiculos	196	482	4.994	99
PF Outros	10.296	13.226	20.646	11.209
Total PF	44.481	42.541	85.803	188.473
Agro PJ	5.524	6.237	24.656	9.747
PJ Capital de Giro	48.768	11.123	66.370	44.058
PJ Importacao e Exportacao	9.524	3.734	170	-
PJ Investimento	2.080	1.607	23.405	46.292
PJ Outros	27.362	8.931	59.846	30.324
Total PJ	93.257	31.631	174.446	130.420
Total	137.738	74.172	260.250	318.893

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

A tabela seguinte apresenta o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 28 - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas

R\$ milhões	3T17				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Região					
Centro-Oeste	1.577	458	964	1.198	679
Nordeste	1.650	552	927	1.624	760
Norte	476	160	399	625	259
Sudeste	4.188	1.812	2.945	8.516	2.262
Sul	1.176	682	1.250	1.754	733
Exterior	120	13	43	7	11
TOTAL	9.186	3.677	6.528	13.724	4.704

R\$ milhões					
2T17					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.492	448	831	1.475	496
Nordeste	1.608	515	1.250	1.619	735
Norte	471	178	400	672	238
Sudeste	3.768	1.699	4.685	7.580	2.339
Sul	1.484	519	1.131	1.889	685
Exterior	121	0	27	276	62
TOTAL	8.944	3.359	8.324	13.513	4.555

R\$ milhões					
1T17					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.860	492	1.034	1.562	320
Nordeste	2.236	711	1.077	1.670	554
Norte	574	240	437	669	162
Sudeste	7.321	3.316	6.426	5.039	1.680
Sul	1.644	734	1.408	1.734	539
Exterior	5	0	374	9	124
TOTAL	13.640	5.494	10.754	10.683	3.378

R\$ milhões					
4T16					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.461	486	1.108	1.434	261
Nordeste	1.377	458	1.217	1.751	360
Norte	496	175	492	634	109
Sudeste	7.016	1.501	3.998	5.242	1.129
Sul	1.407	561	1.365	1.812	400
Exterior	86	442	1	121	40
TOTAL	11.843	3.624	8.181	10.993	2.299

R\$ milhões					
3T16					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.977	443	1.290	1.300	188
Nordeste	2.121	678	1.183	1.631	238
Norte	712	221	454	576	84
Sudeste	5.588	1.880	3.609	5.707	736
Sul	1.909	795	1.378	1.771	231
Exterior	1	0	71	145	2.917
TOTAL	12.307	4.017	7.983	11.129	4.394

A seguir, evidencia-se o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado por setor econômico.

Tabela 29 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 3T17

R\$ milhões					
3T17					
Setor Econômico	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	1	0	0	0	0
Agronegócio de Origem Animal	39	13	66	220	92
Agronegócio de Origem Vegetal	163	41	409	204	182
Atividades Específicas da Construção	139	59	138	376	175
Automotivo	215	82	128	547	177
Bebidas	17	3	3	16	3
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	95	25	78	331	188
Comércio varejista	187	77	228	578	242
Construção Pesada	212	194	66	213	45
Couro e Calçados	24	8	38	59	29
Demais Atividades	0	0	0	2	1
Eletroeletrônico	80	45	164	227	189
Energia Elétrica	620	1	9	9	2
Imobiliário	628	414	517	812	246
Instituições e Serviços Financeiros	121	1	38	3	1
Insumos Agrícolas	40	15	75	119	96
Madeiro e Moveleiro	79	28	94	221	138
Metalurgia e Siderurgia	195	346	207	305	322
Papel e Celulose	33	12	54	93	51
Petroleiro	64	44	81	358	113
Químico	60	16	60	160	69
Serviços	253	121	312	668	351
Telecomunicações	25	2	12	2.711	16
Textil e Confecções	84	89	160	385	188
Transportes	186	116	212	773	142
Total	3.561	1.750	3.148	9.390	3.059

Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T17

R\$ milhões	2T17				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	0	0	0	0	0
Agronegócio de Origem Animal	95	42	99	213	89
Agronegócio de Origem Vegetal	269	96	281	272	155
Atividades Específicas da Construção	194	84	300	454	248
Automotivo	142	57	281	565	173
Bebidas	5	2	11	10	4
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	86	31	273	238	189
Comércio varejista	230	126	393	670	237
Construção Pesada	86	27	247	181	52
Couro e Calçados	31	17	36	84	34
Demais Atividades	0	0	1	1	1
Eletroeletrônico	91	82	147	268	195
Energia Elétrica	5	8	4	10	1
Imobiliário	521	336	526	574	199
Instituições e Serviços Financeiros	40	1	2	4	3
Insumos Agrícolas	50	33	62	149	95
Madeiro e Moveleiro	98	44	150	262	161
Metalurgia e Siderurgia	196	204	213	401	365
Papel e Celulose	43	27	78	108	56
Petroleiro	89	42	420	540	107
Químico	62	26	101	205	113
Serviços	346	147	443	764	363
Telecomunicações	16	5	17	2.715	20
Textil e Confecções	137	73	238	416	206
Transportes	348	270	691	340	156
Total	3.181	1.781	5.013	9.443	3.221

Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 1T17

R\$ milhões	1T17				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	0	0	0	0	-
Agronegócio de Origem Animal	99	33	180	92	76
Agronegócio de Origem Vegetal	244	99	316	532	90
Atividades Específicas da Construção	284	236	270	469	169
Automotivo	236	218	390	484	157
Bebidas	12	3	4	9	6
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	189	193	110	248	140
Comércio varejista	396	193	369	708	194
Construção Pesada	345	210	137	153	111
Couro e Calçados	40	15	43	93	31
Demais Atividades	1	0	1	1	0
Eletroeletrônico	146	72	154	340	115
Energia Elétrica	645	2	9	6	4
Imobiliário	560	478	560	569	132
Instituições e Serviços Financeiros	1	1	29	2	3
Insumos Agrícolas	54	35	96	152	53
Madeiro e Moveleiro	139	81	158	296	136
Metalurgia e Siderurgia	287	257	369	504	304
Papel e Celulose	57	50	52	124	57
Petroleiro	303	190	420	267	83
Químico	98	47	118	218	91
Serviços	1.075	230	493	847	244
Telecomunicações	19	7	2.717	43	16
Textil e Confecções	399	116	220	444	180
Transportes	1.089	771	226	357	113
Total	6.716	3.538	7.441	6.958	2.507

A próxima tabela apresenta o fluxo de operações baixadas para prejuízo, segmentado por setor econômico.

Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico

R\$ milhões	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Setor Econômico (Ingresso)					
Administração Pública	0,14	0,01	0,00	0,04	0,00
Agronegocio De Origem Animal	61,77	36,29	139,70	61,59	82,54
Agronegocio De Origem Vegetal	293,31	247,12	394,88	300,69	233,02
Atividades Especificas Da Construção	366,04	225,27	343,48	266,75	269,79
Automotivo	263,66	283,50	340,30	376,76	432,36
Bebidas	6,97	5,16	7,18	4,85	12,34
Comércio Atacadista E Industrias Diversas	173,53	78,86	151,84	108,53	128,81
Comércio Varejista	436,28	336,51	447,51	346,42	328,28
Demais Atividades	4,06	3,95	11,31	9,70	9,00
Construção Pesada	149,16	72,05	79,10	71,31	226,11
Couro E Calçados	61,82	47,44	52,18	48,08	60,44
Eletroeletronico	164,72	143,74	225,98	175,04	204,71
Energia Eletrica	3,05	6,72	6,76	295,11	9,43
Imobiliário	271,17	275,35	199,90	188,48	223,21
Insumos Agrícolas	84,74	48,74	79,84	52,25	75,56
Madeireiro E Moveleiro	200,18	156,18	216,28	142,29	159,16
Metalurgia E Siderurgia	321,08	201,94	293,29	274,92	302,58
Papel E Celulose	91,47	66,18	88,73	71,08	65,34
Petroleiro	151,21	119,69	348,94	115,13	136,53
Químico	144,77	98,01	149,20	119,02	119,17
Servicos	512,15	416,40	576,76	408,21	397,23
Telecomunicacoes	22,35	36,83	22,78	27,82	30,43
Têxteis E Confecções	283,97	221,77	311,31	247,38	343,64
Transporte	232,41	154,88	237,00	190,11	234,52
Total	4.300,01	3.282,59	4.724,22	3.901,56	4.084,19
Outros					
Pessoa física	1.940,68	1.850,03	1.662,24	2.037,13	1.989,21
Total	6.240,69	5.132,62	6.386,46	5.938,69	6.073,40

A tabela seguinte apresenta o montante de provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), segmentado por setor econômico e sua variação trimestral.

Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações

R\$ milhões		3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
	*Var. Trimestral (%)					
Administração Pública	(2,12)	3	3	3	6	4
Agronegócio de Origem Animal	(3,18)	465	480	454	525	481
Agronegócio de Origem Vegetal	(0,51)	1.691	1.700	1.637	1.850	1.764
Atividades Específicas da Construção	(9,37)	1.089	1.202	1.189	1.250	1.176
Automotivo	(5,73)	1.212	1.286	1.288	1.307	1.269
Bebidas	84,97	76	41	36	33	30
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	(9,81)	664	736	688	676	623
Comércio Varejista	(10,20)	1.380	1.536	1.560	1.629	1.503
Construção Pesada	(12,56)	767	878	834	923	914
Couro e Calçados	(12,08)	159	181	193	199	184
Demais Atividades	(2,12)	3	3	2	7	5
Eletroeletrônico	0,46	746	743	716	769	765
Energia Elétrica	95,59	332	170	191	230	469
Imobiliário	13,44	2.571	2.267	1.931	1.713	1.324
Instituições e Serviços Financeiros	67,46	136	81	79	111	123
Insumos Agrícolas	(13,56)	401	464	438	413	342
Madeireiro e Moveleiro	(13,12)	573	659	683	733	671
Metalurgia e Siderurgia	(15,51)	1.523	1.803	1.854	1.826	1.773
Papel e Celulose	(22,15)	245	315	310	318	303
Petroleiro	(9,57)	1.375	1.520	1.355	1.561	4.369
Químico	(21,05)	448	568	560	581	524
Serviços	(6,69)	2.126	2.279	2.238	2.306	2.008
Telecomunicações	28,75	1.230	955	954	963	911
Textil e Confecções	(8,61)	1.054	1.154	1.136	1.208	1.136
Transportes	0,95	2.024	2.005	1.901	1.585	1.396
TOTAL	(3,18)	22.295	23.028	22.228	22.720	24.066

* Variação referente ao 2T17.

Destaca-se, a seguir, a evolução das exposições ao risco de crédito, observadas as definições da Circular Bacen nº 3.644/13, segmentadas por Fator de Ponderação de Risco (FPR), juntamente com a exposição média nos trimestres.

Tabela 34 - Exposição ao Risco de Crédito por FPR

R\$ mil					
Exposição por FPR	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
FPR 0%	8.416	148.872	149.350	146.293	143.688
FPR 20%	345.081	322.427	191.302	660.278	728.419
FPR 35%	38.582.756	38.115.489	37.007.187	36.562.820	35.591.508
FPR 50%	8.267.300	8.963.553	9.689.036	11.467.343	11.517.007
FPR 75%	241.728.255	245.926.444	240.230.627	245.702.481	255.067.941
FPR 85%	157.376.404	168.023.726	167.129.082	172.525.796	179.843.691
FPR 100%	123.583.581	125.042.204	127.131.471	129.394.718	135.049.302
Total⁽¹⁾	569.891.793	586.542.716	581.528.056	596.459.728	617.941.556
Exposição Média do Trimestre⁽¹⁾	572.546.086	581.603.698	584.377.858	603.937.597	623.836.562

⁽¹⁾ Contempla operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias.

⁽²⁾ Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte

O Banco do Brasil admite assumir exposições a risco de crédito da contraparte com clientes que tenham sido previamente analisados pela metodologia de cálculo de risco e estabelecimento de limite de crédito aplicável ao seu perfil, condicionado à existência de margem operacional suficiente para amparar tais operações.

Desse modo, as exposições a risco de crédito da contraparte concorrem com as demais exposições em operações de crédito do cliente no limite de crédito a ele atribuído.

As operações da espécie incidem no limite de crédito do cliente pela estimativa do valor exposto ao risco de crédito da contraparte em evento de *descumprimento*, sendo ponderados os mitigadores de risco aplicáveis, tais como o risco do emissor do ativo adjacente, a volatilidade do ativo, as garantias aportadas, o percentual subtraído dos ativos usados como colateral (*haircut*) e as regras de chamadas de margem de garantias adicionais, conforme características da operação efetuada.

Nas operações cursadas via Câmaras de Compensação e Liquidação (*Clearings*), há transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da referida câmara.

Para operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, o Banco do Brasil segue o exposto na Circular Bacen nº 3.068/01, considerando tal risco como parâmetro para cálculo do ajuste ao valor de mercado de tais exposições, com efeitos no resultado do período ou em conta destacada do Patrimônio Líquido (PL), conforme a classificação da exposição.

Apresenta-se, a seguir, o valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central.

Tabela 35 - Valor nominal de contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central

R\$ mil						
Negociação em Bolsa	Contraparte	3T17*	2T17*	1T17*	4T16*	3T16*
Contratos de futuros		8.964.688	7.270.990	5.761.290	12.675.733	11.966.935
Compromissos de compra	B	8.964.688	7.270.990	5.761.290	12.675.733	11.966.935
Mercado de Opções		205.231	184.115	172.894	194.283	292.020
Posição Comprada	B	205.231	184.115	172.894	194.283	292.020

Obs: Contraparte (B) = Bolsa

*A partir do 1T16 considera-se a série com consolidação do Banco Votorantim pelo MEP

Na próxima tabela, demonstra-se o valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, nos quais não haja a atuação de câmaras de compensação

como contraparte central, segmentados entre aqueles que apresentam ou não garantias.

Tabela 36 - Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte sem atuação de câmaras de compensação como contraparte central

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
sem garantias					
Operações de Derivativos	6.780.483	6.396.885	7.758.922	9.336.844	11.975.527
Operações de Câmbio	73.319	295.219	217.594	395.360	243.014
com garantias					
Operações de Derivativos	7.510.933	5.878.436	4.546.664	6.916.975	9.385.163
Operações de Câmbio	-	1.705.508	-	1.637.802	-
Operações Compromissadas	787.418.243	845.993.996	782.544.438	616.926.346	774.599.492

Na próxima tabela, é demonstrado o valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação, conforme definidos na Resolução CMN nº 3.263/05.

Tabela 37 - Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Valor Positivo Bruto	860.965	925.590	1.107.615	1.631.532	2.574.719
Derivativos	783.958	882.084	1.040.463	1.612.563	2.532.084
Câmbio	16	4.084	779	1.074	549
Compromissadas	76.991	42.422	66.373	17.895	42.086

A seguir, é apresentado o valor positivo bruto das garantias reais (colaterais) recebidas em operações sujeitas ao risco de crédito que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos, conforme art. 9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13:

- sejam mantidas ou custodiadas na própria Instituição;
- tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da Instituição depositária; e
- estejam imediatamente disponíveis para a Instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Tabela 38 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Recursos Internalizados	420.728.189	449.767.373	410.555.074	374.756.453	408.380.147
Títulos Públicos Federais	311.706.161	331.951.149	317.554.603	312.647.135	322.138.886
Total	732.434.350	781.718.522	728.109.677	687.403.588	730.519.032

De acordo com a classificação dos tipos de garantias aceitas pelo Bacen, foram identificadas aquelas que atendem às condições estabelecidas pela Circular Bacen nº 3.678/13, sendo que, para efeitos de cálculo da garantia, foi considerado o valor comprometido como garantia para a operação vinculada.

A seguir, demonstra-se a exposição global ao risco de crédito da contraparte, líquida dos efeitos dos acordos para compensação e o valor de garantias recebidas.

Tabela 39 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Risco de Crédito de Contraparte					
Valor de Garantias Recebidas	732.434.350	781.718.522	728.109.677	687.403.588	730.519.032
Exposição Global ⁽¹⁾	117.823.211	123.523.461	109.108.310	97.945.031	112.028.260

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos do valor de garantias.

⁽²⁾ Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O BB tem por política realizar a cessão de créditos de operações não performadas, registradas em perdas e de risco integral do Banco, uma vez esgotados todos os procedimentos definidos no processo de cobrança e recuperação de créditos e as operações selecionadas terem atingido o ponto de economia, ou seja, sopesada relação custo/benefício, não se justifica manter as operações em cobrança dentro do banco comercial.

A cessão de créditos também é utilizada pontualmente para alienar créditos específicos, quando identificada como alternativa viável de sua recuperação, ainda que parcial.

Destaca-se que, no 3º trimestre de 2017, ocorreu, em 25.08.2017, a cessão descrita na coluna 3T17, conforme tabela abaixo:

Tabela 40 - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Quantidade de operações (em milhar)	334	895	-	38	384
Valor	1.224.879	2.848.624	-	1.240.133	785.203

Obs.: Os dados referem-se a cessões efetuadas à Ativos S. A. Valor de perdas da carteira

O BB não possui exposições nas seguintes categorias:

- exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios;
- exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

A seguir, são apresentados os valores das operações cedidas com coobrigação que estão registradas em contas de compensação.

Tabela 41 - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Retenção de riscos em operações de crédito - Operações baixadas	4.646	4.689	4.740	4.764	5.145

Os procedimentos para a aquisição de ativos financeiros possuem similaridade ao padrão adotado pelo mercado, contemplando a avaliação do risco de crédito da Instituição cedente, das operações adquiridas e respectivos clientes devedores. As aquisições de ativos financeiros têm por objetivo o aumento da diversificação da carteira de crédito do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.533, de 31.01.2008, e normas vinculadas, a partir de janeiro de 2012, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos financeiros adquiridos.

Tabela 42 - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
a) Por tipo de Exposição	12.517	12.558	12.697	15.089	13.111
Pessoa Física - Consignado	448	589	734	906	1.050
Pessoa Física - Veículos	12.069	10.969	11.963	14.183	12.061
b) Por tipo de Cedente	12.517	11.558	12.697	15.089	13.111
Instituições Financeiras	12.517	11.558	12.697	15.089	13.111

Tabela 43 - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
a) Por tipo de Exposição	0,1	0,3	0,9	1,6	3
Pessoa Física - Consignado	-	0,2	0,4	0,6	1
Pessoa Física - Veículos	0,1	0,1	0,5	1	2
b) Por tipo de Cedente	0,1	0,3	0,9	1,6	3
Instituições Financeiras	0,1	0,3	0,9	1,6	3

6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo BB são classificados segundo as categorias abaixo:

- a) categoria I - títulos para negociação - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- b) categoria II - títulos disponíveis para venda - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e III; e
- c) categoria III - títulos mantidos até o vencimento - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

A seguir, são apresentadas as exposições referentes a títulos oriundos de processo de securitização:

- a) modalidades de títulos:
 - i. Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - comunhão de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios. São os direitos e títulos representativos de direitos originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, bem como em outros ativos financeiros e modalidades de investimentos admitidos nos termos das Instruções CVM nº 356/01 e 444/06;
 - ii. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) - são títulos de renda fixa lastreados em créditos imobiliários - fluxo de pagamentos de contraprestações de aquisição de bens imóveis ou de aluguéis - emitidos por sociedades securitizadoras.
- b) tipo de crédito que lastreia a emissão:
 - i. FIDC - financiamento de veículos, recebíveis de fluxo de caixa de empresa, debêntures, notas promissórias, cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário, letras de crédito imobiliário, notas de crédito à exportação e outros direitos creditórios;

- ii. CRI - operações de crédito imobiliário.
- c) classe do título:
 - i. FIDC e CRI - quota classe sênior.

Tabela 44 - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI

R\$ mil	3T17		2T17		1T17		4T16		3T16	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
FIDC	6	1.480.829.957	6	1.491.496.005	6	1.505.359.618	6	1.503.077.438	6	1.514.806
CRI - Cat. 2	8	201.209.781	8	202.252.073	9	287.794.978	9	345.056.678	9	342.676
CRI - Cat. 3	3	156.948.249	4	159.827.117	4	253.749.374	4	147.533.374	4	138.640
TOTAL	17	1.838.987.987	18	1.853.575.195	19	2.046.903.971	19	1.995.667.490	19	1.996.121

Obs: As informações abrangem as agências do BB no Brasil e no exterior (BB - Banco Múltiplo).

6.2. Risco de Mercado

6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado

O Banco estabelece políticas e estratégias para a gestão do risco de mercado e para a gestão dos instrumentos financeiros derivativos, as quais determinam as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco.

No processo de gestão de risco de mercado, são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado

São utilizados, sistemas que garantem a gestão das posições registradas nas carteiras de negociação e de não negociação, bem como das operações destinadas ao cumprimento dos objetivos de *hedge* estabelecidos.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- a) Sensibilidades;
- b) Valor em Risco (VaR); e
- c) Estresse.

Por meio das métricas de Sensibilidade, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O VaR e o Estresse são métricas utilizadas para estimar perdas potenciais, sob condições rotineiras e extremas de mercado, respectivamente, dimensionadas diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica de VaR de riscos de mercado das exposições são classificados nas seguintes categorias:

- a) taxas de juros;
- b) taxas de câmbio;
- c) preços de ações; e

d) preços de mercadorias (*commodities*).

O desempenho da métrica de VaR é avaliado mensalmente mediante a aplicação de processo de *backtesting*.

6.2.3. Políticas de Hedge

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão do risco de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada, a fim de garantir efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações de cada jurisdição.

6.2.4. Derivativos

No Banco, os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para *hedge* de posições próprias, para atender às necessidades de seus clientes e para tomada de posições intencionais, considerando limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

As tabelas a seguir apresentam o total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentadas entre posições compradas e vendidas, segregado da seguinte maneira:

- operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria com contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior; e
- operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria sem contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior.

Tabela 45 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T17

R\$ mil		3T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Brasil			Exterior			BB-Consolidado		
		Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		16.923.965	1.531.210	1.390.313	6.537.370	70.830	60.567	23.461.335	1.602.040	1.450.880
Taxa de Juros	Bolsa	4.247.833	--	--	--	--	--	4.247.833	--	--
	Balcão	3.710.940	1.084.120	1.076.028	--	--	--	3.710.940	1.084.120	1.076.028
Taxa de Câmbio	Bolsa	4.696.081	113	158	--	--	--	4.696.081	113	158
	Balcão	4.007.248	123.255	108.961	6.537.370	70.830	60.567	10.544.618	194.085	169.527
Preço de Ações	Bolsa	199.831	319.480	199.201	--	--	--	199.831	319.480	199.201
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	26.174	--	--	--	--	--	26.174	--	--
	Balcão	35.858	4.242	5.966	--	--	--	35.858	4.242	5.966
Posição Vendida		14.679.298	(1.512.436)	(1.404.085)	6.524.551	(334.477)	(315.542)	21.203.849	(1.846.914)	(1.719.627)
Taxa de Juros	Bolsa	1.716.766	--	--	--	--	--	1.716.766	--	--
	Balcão	3.655.380	(879.720)	(895.078)	228.081	--	--	3.883.461	(879.720)	(895.078)
Taxa de Câmbio	Bolsa	639.336	--	--	--	--	--	639.336	--	--
	Balcão	8.602.757	(630.318)	(504.898)	6.296.470	(334.477)	(315.542)	14.899.226	(964.796)	(820.440)
Preço de Ações	Bolsa	22.200	(712)	(2.380)	--	--	--	22.200	(712)	(2.380)
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	20.903	(101)	(155)	--	--	--	20.903	(101)	(155)
	Balcão	21.957	(1.585)	(1.575)	--	--	--	21.957	(1.585)	(1.575)
Posição Líquida		2.244.667	3.043.646	2.794.399	12.819	405.308	376.108	2.257.486	3.448.954	3.170.507

Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T17

R\$ mil		2T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		14.853.349	(6.056.078)	(12.992.152)	4.877.077	7.585.655	14.381.693	19.730.426	1.529.577	1.389.542
Taxa de Juros	Bolsa	3.973.906	--	--	--	--	--	3.973.906	--	--
	Balcão	2.284.611	787.117	775.692	--	--	--	2.284.611	787.117	775.692
Taxa de Câmbio	Bolsa	3.277.870	--	--	--	--	--	3.277.870	--	--
	Balcão	5.076.177	(7.158.164)	(13.927.578)	4.877.077	7.585.655	14.381.693	9.953.254	427.491	454.115
Preço de Ações	Bolsa	184.115	310.742	153.404	--	--	--	184.115	310.742	153.404
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	19.214	--	--	--	--	--	19.214	--	--
	Balcão	37.456	4.227	6.331	--	--	--	37.456	4.227	6.331
Posição Vendida		16.905.165	1.410.822	(1.281.916)	8.697.308	(684.876)	(688.043)	25.602.473	2.095.698	(1.969.960)
Taxa de Juros	Bolsa	1.407.882	--	--	--	--	--	1.407.882	--	--
	Balcão	3.484.987	(694.318)	(688.635)	33.002	--	--	3.517.989	(694.318)	(688.635)
Taxa de Câmbio	Bolsa	741.203	--	--	--	--	--	741.203	--	--
	Balcão	9.620.040	(711.940)	(586.897)	8.664.306	(684.876)	(688.043)	18.284.346	(1.396.816)	(1.274.940)
Preço de Ações	Bolsa	580	(14)	--	--	--	--	580	(14)	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	1.621.394	(238)	(182)	--	--	--	1.621.394	(238)	(182)
	Balcão	29.080	(4.312)	(6.202)	--	--	--	29.080	(4.312)	(6.202)
Posição Líquida		(2.051.816)	(4.645.257)	(11.710.235)	(3.820.231)	8.270.531	15.069.736	(5.872.048)	3.625.275	3.359.501

Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T17

R\$ mil		1T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		13.224.186	1.317.919	1.127.805	6.099.621	42.749	44.330	19.323.807	1.360.668	1.172.135
Taxa de Juros	Bolsa	3.797.288	--	--	--	--	--	3.797.288	--	--
	Balcão	2.832.872	558.331	558.540	--	--	--	2.832.872	558.331	558.540
Taxa de Câmbio	Bolsa	1.953.455	--	--	--	--	--	1.953.455	--	--
	Balcão	4.417.484	458.359	388.015	6.099.621	42.749	44.330	10.517.105	501.107	432.344
Preço de Ações	Bolsa	172.894	298.102	172.894	--	--	--	172.894	298.102	172.894
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	10.546	--	--	--	--	--	10.546	--	--
	Balcão	39.647	3.127	8.357	--	--	--	39.647	3.127	8.357
Posição Vendida		15.667.168	(1.547.686)	(1.282.337)	10.805.804	(828.892)	(875.007)	26.472.972	2.376.578	(2.157.343)
Taxa de Juros	Bolsa	2.509.423	--	--	--	--	--	2.509.423	--	--
	Balcão	2.841.498	(423.402)	(424.269)	69.887	--	--	2.911.385	(423.402)	(424.269)
Taxa de Câmbio	Bolsa	918.727	--	--	--	--	--	918.727	--	--
	Balcão	9.316.394	(1.121.923)	(852.253)	10.735.917	(828.892)	(875.007)	20.052.312	(1.950.815)	(1.727.259)
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	49.590	(206)	(379)	--	--	--	49.590	(206)	(379)
	Balcão	31.535	(2.155)	(5.436)	--	--	--	31.535	(2.155)	(5.436)
Posição Líquida		(2.442.982)	2.865.605	2.410.142	(4.706.183)	871.640	919.336	7.149.165	3.737.245	3.329.478

Tabela 48 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T16

R\$ mil		4T16								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		22.670.960	1.665.017	1.534.760	5.187.996	60.624	61.545	27.858.955	1.725.641	1.596.305
Taxa de Juros	Bolsa	3.767.529	--	--	--	--	--	3.767.529	--	--
	Balcão	4.590.057	821.079	845.682	--	--	--	4.590.057	821.079	845.682
Taxa de Câmbio	Bolsa	8.900.072	25	67	--	--	--	8.900.072	25	67
	Balcão	5.175.187	555.835	484.751	5.187.996	60.624	61.545	10.363.183	616.459	546.296
Preço de Ações	Bolsa	193.333	285.437	193.333	--	--	--	193.333	285.437	193.333
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	9.082	(25)	14	--	--	--	9.082	(25)	14
	Balcão	35.699	2.666	10.912	--	--	--	35.699	2.666	10.912
Posição Vendida		14.708.298	(1.187.147)	(842.915)	11.040.426	(933.610)	(1.027.476)	25.748.725	(2.120.757)	(1.870.390)
Taxa de Juros	Bolsa	1.264.307	(17.244)	(30.354)	--	--	--	1.264.307	(17.244)	(30.354)
	Balcão	2.767.938	(133.610)	(164.126)	111.061	--	--	2.878.999	(133.610)	(164.126)
Taxa de Câmbio	Bolsa	947.282	(2.679)	(176)	--	--	--	947.282	(2.679)	(176)
	Balcão	9.690.833	(1.032.700)	(647.865)	10.929.365	(933.610)	(1.027.476)	20.620.198	(1.966.310)	(1.675.341)
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	32.233	101	(125)	--	--	--	32.233	101	(125)
	Balcão	5.706	(1.014)	(268)	--	--	--	5.706	(1.014)	(268)
Posição Líquida		7.962.661	2.852.164	2.377.674	(5.852.431)	994.234	1.089.021	2.110.231	3.846.397	3.466.696

Tabela 49 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T16

R\$ mil		3T16								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		28.989.839	3.112.153	2.941.208	4.629.806	33.115	44.062	33.619.645	3.145.268	2.985.270
Taxa de Juros	Bolsa	3.749.672	--	--	--	--	--	3.749.672	--	--
	Balcão	6.312.632	1.517.073	1.460.013	--	--	--	6.312.632	1.517.073	1.460.013
Taxa de Câmbio	Bolsa	8.205.251	13	86	--	--	--	8.205.251	13	86
	Balcão	10.389.557	1.229.933	1.180.466	4.629.806	33.115	44.062	15.019.363	1.263.048	1.224.528
Preço de Ações	Bolsa	289.615	362.753	289.186	--	--	--	289.615	362.753	289.186
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	14.417	43	20	--	--	--	14.417	43	20
	Balcão	28.695	2.338	11.437	--	--	--	28.695	2.338	11.437
Posição Vendida		15.306.263	(2.047.785)	(1.623.281)	10.009.456	(697.724)	(676.714)	25.315.719	(2.745.509)	(2.299.995)
Taxa de Juros	Bolsa	1.761.452	(16.827)	(31.965)	--	--	--	1.761.452	(16.827)	(31.965)
	Balcão	3.839.542	(695.271)	(670.206)	165.922	--	--	4.005.464	(695.271)	(670.206)
Taxa de Câmbio	Bolsa	1.111.431	(4.119)	(691)	--	--	--	1.111.431	(4.119)	(691)
	Balcão	8.535.978	(1.329.816)	(915.594)	9.843.534	(697.724)	(676.714)	18.379.512	(2.027.540)	(1.592.308)
Preço de Ações	Bolsa	11.580	(453)	(247)	--	--	--	11.580	(453)	(247)
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	34.590	(237)	(174)	--	--	--	34.590	(237)	(174)
	Balcão	11.690	(1.062)	(4.404)	--	--	--	11.690	(1.062)	(4.404)
Posição Líquida		13.683.576	5.159.938	4.564.489	(5.379.650)	730.839	720.776	8.303.926	5.890.777	5.285.265

6.2.5. Carteira de Negociação

A Carteira de Negociação é dividida em grupos e livros, sempre observando os normativos internos, aprovados pelo CSGRC, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo ou livro.

Os principais tipos de limites utilizados para gestão de riscos de mercado são os de Valor em Risco (VaR) e teste de estresse.

No caso dos limites de VaR da Carteira de Negociação, tendo por objetivo evidenciar o nível de risco de mercado gerado pelas exposições e o respectivo impacto na exigência de capital para sua cobertura, são consideradas as métricas de VaR e de VaR Estressado.

Para mensuração do VaR da Carteira de Negociação, o Banco do Brasil adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

- a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:
- VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11);
 - VaR Estressado: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11); e
 - Multiplicador: M, conforme previsto pela Circular Bacen nº 3.568/11.

A tabela seguinte discrimina o valor total da Carteira de Negociação por fator de risco de mercado relevante, segmentada entre posições compradas e vendidas.

Tabela 50 - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas

R\$ mil	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Fator de Risco					
Prefixado					
comprado	3.329.655	3.833.379	3.619.693	1.410.347	1.830.961
vendido	2.076.632	2.352.279	2.480.259	1.388.106	1.762.596
CDI/TMS/FACP					
comprado	271.865	238.734	214.801	328.093	318.873
vendido	-	-	-	171.170	448.115
Índice de Preço					
comprado	134.192	113.808	82.789	112.746	36.083
vendido	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira/Ouro					
comprado	2.859.358	557.220	2.750.256	667.729	11.532.131
vendido	145.709	92.879	113.002	77.152	515.384
Ações					
comprado	-	71	-	-	-
vendido	-	-	-	-	-

Obs: Banco Patagonia incluído.

6.2.6. Carteira de Não Negociação

De forma excludente, as operações de posições próprias do Conglomerado Financeiro não classificadas na Carteira de Negociação são consideradas como componentes da Carteira de Não Negociação. Registra-se também que as posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Financeiro não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Em linha com as práticas de mercado e com as exigências dos órgãos reguladores, o BB define políticas de gestão de risco de mercado, incluindo o risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de não negociação. Estas políticas estão em linha com as diretrizes estratégicas da Instituição e com os objetivos gerais do processo de gestão e preveem:

- controle das exposições por meio do estabelecimento de limites;
- gerenciamento da carteira considerando a melhor relação risco e retorno e os cenários interno e externo;

- c) realização de operações para compensar os riscos decorrentes das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa dos ativos e passivos;
- d) gerenciamento da exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado da Instituição;
- e) avaliação dos impactos nas exposições quando da criação ou modificação de produtos e serviços; e
- f) realização mensal de testes de estresse das exposições ao risco de taxa de juros de *banking book*.

A Carteira de Não Negociação é dividida em grupos e livros, observando os normativos internos, aprovados pelo CSGRC, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo e livro.

O Banco do Brasil utiliza a métrica de *Economic Value of Equity* (EVE) para apuração do risco de taxa de juros do *banking book*.

O EVE consiste em estimar a variação do valor econômico dos ativos, passivos e instrumentos derivativos da Instituição, confrontando-se o valor obtido mediante a aplicação de um cenário de choque na taxa de juros doméstica com o valor apurado no cenário de taxas vigente.

Entre outros aspectos, destaca-se que a métrica de apuração do EVE:

- a) inclui todas as operações sensíveis à variação nas taxas de juros e utiliza técnicas de mensuração de risco e conceitos financeiros amplamente aceitos;
- b) considera dados relativos a taxas, prazos, preços, opcionalidades e demais informações adequadamente especificadas;
- c) demanda definição de premissas adequadas para transformar posições em fluxo de caixa;
- d) mensura a sensibilidade a mudanças na estrutura temporal das taxas de juros, entre as diferentes estruturas de taxas e nas premissas;
- e) está integrado às práticas diárias de gerenciamento de risco;
- f) permite a simulação de condições extremas de mercado (testes de estresse);
- g) possibilita estimar a necessidade de capital para cobertura do risco.

Para tratamento dos produtos que não possuem vencimento definido, o Banco do Brasil adota métodos estatísticos e econométricos, referenciados na literatura, para análise de séries temporais, mais especificamente os métodos denominados Autorregressivos, Integrados e de Médias Móveis (ARIMA).

A tabela seguinte apresenta o impacto no resultado ou na avaliação do valor da Instituição em decorrência de choques nas taxas de juros, segmentado por fator de risco.

Tabela 51 - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrência de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia *Economic Value of Equity*.

R\$ mil	Resultado Hipotético (EVE)
Fator de Risco-Taxa de Juros	3T17
Taxa Pré-fixada de Juros	(12.354.964)
Dólar Americano	(280.113)
Euro	(6.646)
TR	7.105.184
TJLP	(151.499)
TBF	2.668
INPC	(415.022)
Outros	(1.087.686)

6.2.7. Mensuração do Risco de Mercado

O processo de mensuração do risco de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, o qual tem como principais objetivos:

- consolidar informações gerenciais para gestão do risco de mercado;
- simular cenários de mercado; e
- calcular medidas do risco de mercado.

Dentre as funções do aplicativo *Riskwatch*, destacam-se:

- calcular indicadores de risco de mercado, tais como Valor em Risco (VaR) e *duration*;
- construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, mercados a mercado ou nominais;
- apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação. O critério para classificação das operações na Carteira de Negociação é definido pelo CSGRC.

As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Prudencial não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Para o processo de gestão do risco de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CSGRC estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites Globais: aplicados às Carteiras de Negociação e de Não Negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao Risco de Taxas de Juros do *Banking Book* (RTJBB) e aprovados pelo CSGRC. As principais métricas utilizadas para a gestão são Valor em Risco (VaR), estresse e volume financeiro, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

Limites Específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das Carteiras de Negociação e de Não Negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na Carteira de Não Negociação (RTJBB) e aprovados pelo CEGRC. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

Limites Operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidenciação do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente, aos gestores dos grupos e livros das Carteiras de Negociação e Não Negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos Comitês Estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do Relatório de Gestão de Riscos de Mercado e Painel de Riscos.

Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado “Ficha de Extrapolação de Limites”. Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

6.3. Risco de Liquidez

6.3.1. Política Específica do Risco de Liquidez

O Banco estabeleceu política específica para a gestão do risco de liquidez, a qual determina as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco.

A Política Específica de Risco de Liquidez dispõe sobre a gestão do risco de liquidez das operações registradas no Ativo, Passivo e em Contas de Compensação praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, levando em consideração diferentes horizontes temporais e estimando as perdas associadas a diferentes cenários, internos e externos, inclusive cenários de estresse. Considera, ainda estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada de fontes de recursos, prazos de vencimentos e moedas e plano de contingência de liquidez.

6.3.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências (no Brasil e no exterior) e de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política Específica de Risco de Liquidez estabelecida para o Conglomerado Prudencial, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O processo de gestão de risco de liquidez envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às fases constantes no capítulo de processo de gestão dos riscos.

gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil segrega a liquidez em moeda nacional (real) da liquidez em moedas estrangeiras. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos:

- a) Projeções de Liquidez;
- b) Teste de Estresse;
- c) Limites de Risco de Liquidez; e
- d) Plano de Contingência de Liquidez.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos da Instituição.

As Projeções de Liquidez permitem a avaliação prospectiva do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento orçamentário quanto as condições de mercado.

Periodicamente, as Projeções de Liquidez são avaliadas sob cenários base e de estresse. Caso, em algum desses cenários, a projeção de liquidez situe-se abaixo do nível de liquidez adotado como limite, verifica-se o potencial de medidas de contingência, previamente identificadas, em prol da recuperação da liquidez da Instituição.

Ademais, o Banco do Brasil utiliza as seguintes métricas de limites de risco de liquidez:

- a) Reserva de Liquidez (RL);
- b) Colchão de Liquidez;
- c) Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- d) Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).

A Reserva de Liquidez (RL) é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado. A metodologia da Reserva de Liquidez é utilizada como parâmetro para identificação de estados de risco de liquidez e acionamento do Plano de Contingência de Liquidez, sendo monitorada diariamente.

A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

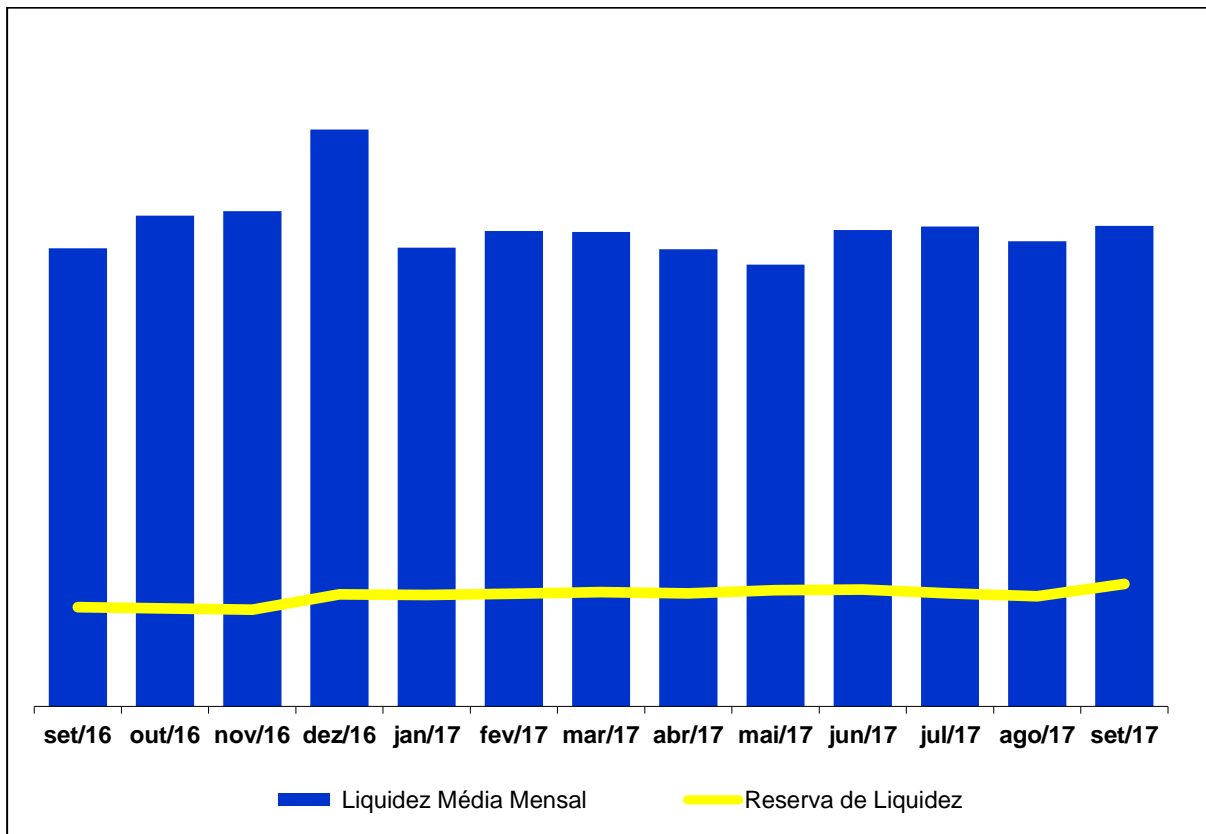


Figura 5 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional

A figura seguinte apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.

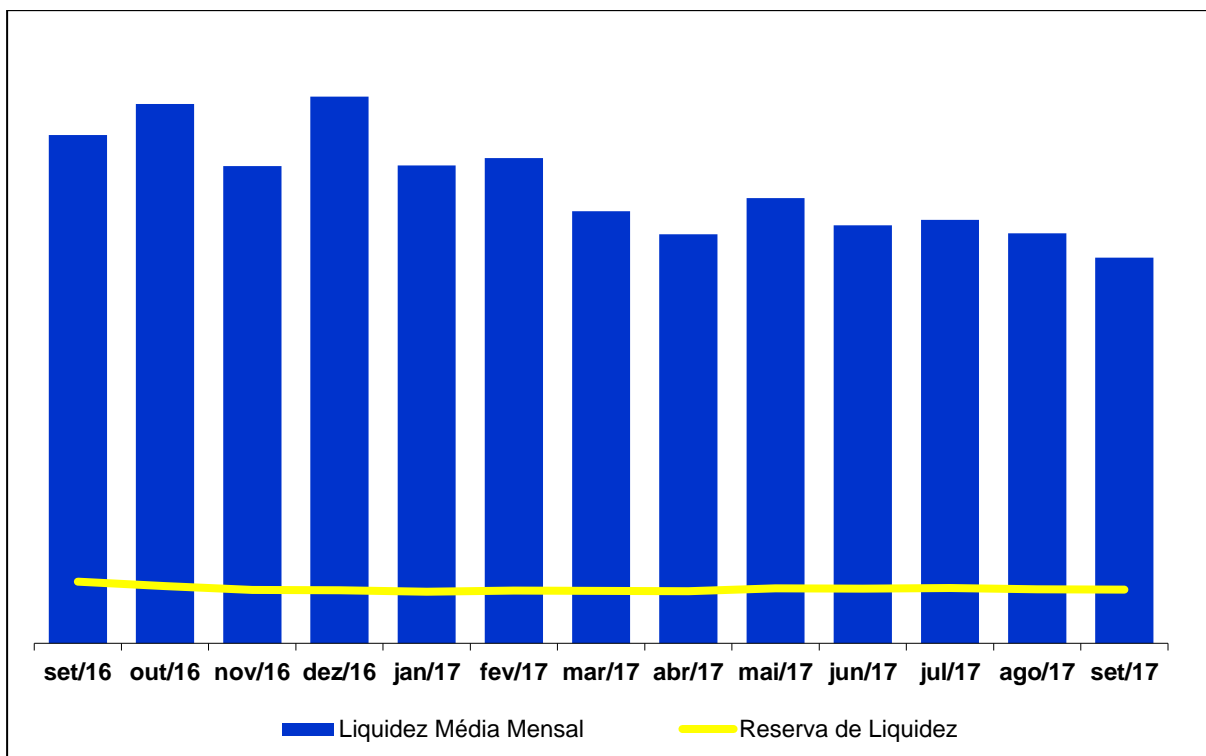


Figura 6 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira

O Colchão de Liquidez visa monitorar diariamente a liquidez observada, em complemento ao monitoramento diário das projeções de liquidez em seus diversos cenários: base e estresse, realizados com a utilização do limite da Reserva de Liquidez.

O Indicador DRL, utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual, visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez com recursos estáveis.

O limite do DRL, utilizado na orientação da execução e do planejamento do orçamento de acordo com as metas de captação e aplicação, é definido anualmente pelo CEGRC e seu monitoramento ocorre sob periodicidade mensal.

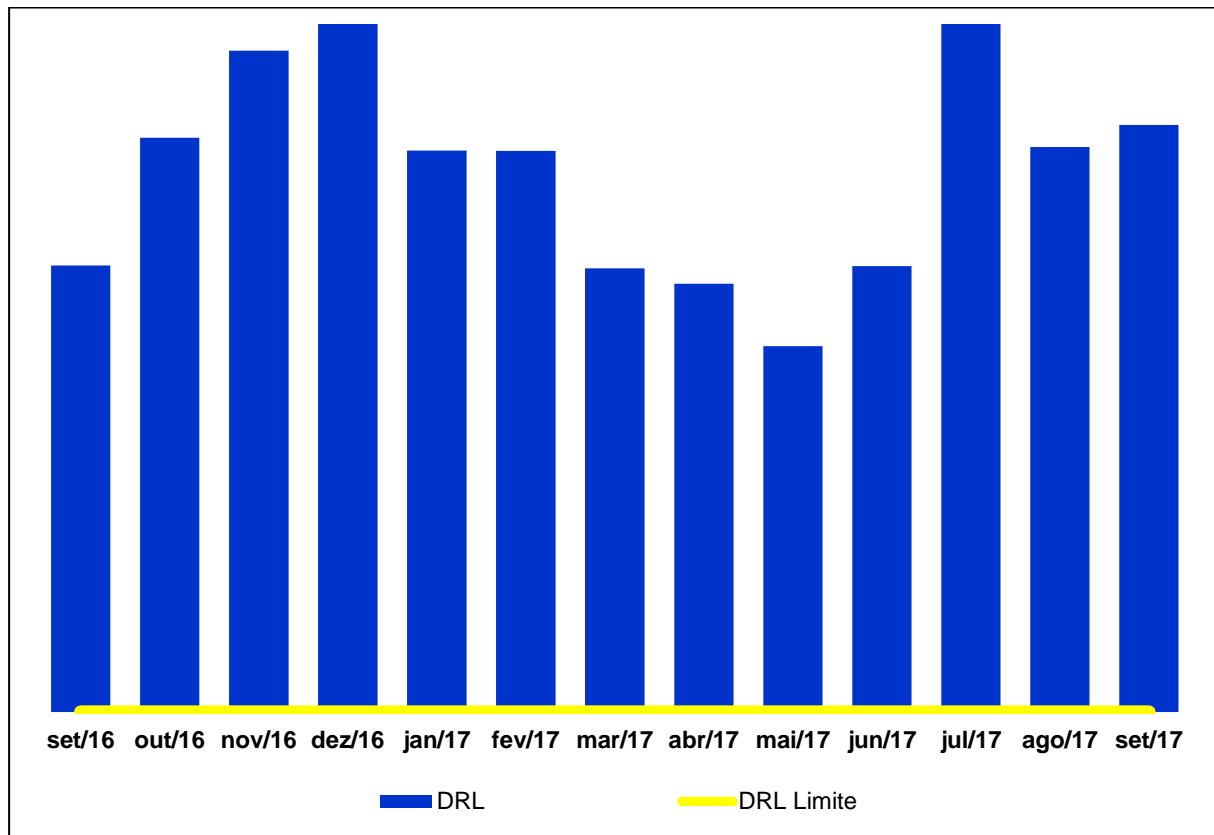


Figura 7 - Indicador DRL

O Plano de Contingência de Liquidez, por sua vez, estabelece conjunto de procedimentos e responsabilidades a ser adotado em situações de estresse de liquidez. Em caso de estresse de liquidez, poderão ser adotadas uma ou mais medidas de contingência no intuito de resguardar a capacidade de pagamento da Instituição. O potencial das medidas de contingência de liquidez é mensurado mensalmente.

6.3.3. Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) é exigido para bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.401/15.

O cálculo do LCR segue modelo de cenário de estresse padronizado estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen), por meio da Circular nº 3.749/15, alinhado às diretrizes internacionais e tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar um cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.

O cenário de estresse padronizado utilizado na apuração do LCR considera choques idiossincráticos e de mercado que resultam em:

- a) perda parcial das captações:

- i. de varejo;
 - ii. de atacado sem colateral;
- b) perda parcial na capacidade de captar recursos de curto prazo;
 - c) saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
 - d) aumento da volatilidade de preços, taxas ou índices que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições de derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
 - e) saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito e liquidez concedidas; e
 - f) necessidade potencial do banco ter de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais visando mitigar seu risco reputacional.

Assim, o LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total das saídas líquidas de caixa previstas para um período de 30 dias, conforme fórmula abaixo:

$$LCR = \frac{\text{Estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa}}$$

Onde: Saídas Líquidas de Caixa = Saídas de Caixa (-) Entradas de Caixa
Entradas de Caixa limitadas a 75% das Saídas de Caixa

Os Ativos de Alta Liquidez (HQLA) são ativos que se mantêm líquidos no mercado durante períodos de estresse, que sejam fácil e imediatamente convertidos em espécie, mediante nenhuma ou pouca perda, estejam livres de impedimento, apresentando baixo risco e cujo apreçamento seja fácil e certo. Ou seja, que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos pelo regulador.

As Saídas Líquidas de Caixa representam a diferença entre Saídas de Caixa e Entradas de Caixa. As Saídas de Caixa são calculadas pela multiplicação dos saldos das várias categorias de obrigações e compromissos, registrados no passivo ou fora do balanço, por fatores de ponderação. As Entradas de Caixa são calculadas a partir da multiplicação, por fatores de ponderação, dos saldos das várias categorias de valores adimplentes a receber pela instituição e para os quais não espere descumprimento da contraparte nos próximos 30 dias.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de implantação do LCR no Brasil, em que a exigência mínima do indicador vai aumentando gradativamente até atingir 100% a partir de janeiro de 2019.

Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR

	Out/15	Jan/16	Jan/17	Jan/18	Jan/19
LCR mínimo	60%	70%	80%	90%	100%

Os valores da tabela a seguir, relativos ao 3º trimestre/2017, foram obtidos a partir da média simples das 64 observações diárias apuradas e enviadas ao Bacen no período de julho a setembro de 2017.

Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	3T17		2T17	
	Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²	Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		114.274.582		109.068.869
Saídas de Caixa				
2 Captações de Varejo, das quais:	333.161.762	21.757.290	336.566.343	18.583.855
3 Captações estáveis	222.147.941	9.706.428	223.992.447	6.719.773
4 Captações menos estáveis	111.013.821	12.050.862	112.573.895	11.864.082
5 Captações de Atacado não Colateralizadas, das quais:	73.209.156	31.184.347	73.052.998	29.723.078
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	-	-	-	-
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	68.273.648	26.248.839	70.361.802	27.031.883
8 Demais captações de atacado não colateralizadas	4.935.508	4.935.508	2.691.195	2.691.195
9 Captações de Atacado Colateralizadas		9.262.273		10.201.361
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	75.121.248	9.657.883	70.856.326	7.666.447
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	841.948	841.948	-	-
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	2.460.922	2.460.922	1.451.916	1.451.916
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	71.818.377	6.355.012	69.404.410	6.214.531
14 Outras obrigações Contratuais	28.399.053	28.399.053	29.857.295	29.857.295
15 Outras obrigações contingentes	7.764.816	1.896.412	7.515.666	1.087.796
16 Total de saídas de caixa		102.157.257		97.119.833
Entradas de Caixa				
17 Empréstimos Colateralizados	284.067.101	-	303.047.124	-
18 Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	25.997.729	12.723.962	25.533.764	13.423.229
19 Outras entradas de caixa	51.495.357	45.511.364	50.343.601	44.926.334
20 Total de entradas de caixa	361.560.187	58.235.325	378.924.489	58.349.563
		Valor Total Ajustado³		Valor Total Ajustado³
21 Total de HQLA		114.274.582		109.068.869
22 Total de saídas de líquidas de caixa		43.921.931		38.770.271
23 LCR (%)		260,2%		281,3%

⁽¹⁾ Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

⁽²⁾ Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

⁽³⁾ Corresponde ao valor calculado após aplicação dos fatores de ponderação e dos limites (Nível 2 e 2B e outras entradas de caixa).

Na média do 3º trimestre de 2017 o LCR do Banco do Brasil ficou em 260,2%, ante os 281,3% apurados no trimestre anterior. A queda no período deve-se principalmente às alterações implementadas pela Circular Bacen nº 3.841 de 27/07/2017, com impacto relevante nas saídas de caixa.

Os Ativos de Alta Liquidez (HQLA), que são representados, na sua maioria, por títulos públicos federais brasileiros, além dos valores considerados como retorno de reservas compulsórias recolhidas no Banco Central do Brasil, atingiram R\$ 114,3 bilhões na média do 3º trimestre/2017. No 2º trimestre de 2017 havia sido apurado o montante de R\$ 109,1 bilhões.

As Saídas de Caixa, considerando o cenário de estresse regulatório, atingiram o montante médio de R\$ 102,2 bilhões no 3T17, onde destacamos (aproximadamente 80%):

- captações de varejo e de atacado não colateralizadas, conforme itens 2 e 5 da tabela; e
- pagamentos de cartões de crédito a lojistas, conforme item 14 da tabela.

No trimestre anterior as Saídas de Caixa haviam totalizado o montante de R\$ 97,1 bilhões.

As Entradas de Caixa registraram R\$ 58,2 bilhões na média do 3T17. Destaca-se o valor de R\$ 12,7 bilhões referente ao fluxo de entradas das operações de crédito, que

representam 22% do total das Entradas de Caixa (conforme item 18). No trimestre anterior as Entradas de Caixa atingiram R\$ 58,3 bilhões.

Assim, pode-se observar que o Banco do Brasil possui ativos líquidos suficientes para suportar o cenário de estresse de liquidez padronizado proposto pelo regulador.

A apuração do indicador LCR do BB apresenta algumas limitações, onde destacamos:

- a) ausência de valores dados ou recebidos em garantia e margem de garantia dos instrumentos financeiros derivativos;
- b) completude das instituições do Conglomerado Prudencial (o cálculo atual considera mais de 99% desta visão em termos de ativos totais);
- c) ausência de saídas de caixa referentes a operações de formador de mercado;
- d) segregação das entradas de caixa referente a crédito direcionado em operações que devem ser e que não devem ser redirecionadas em 30 dias;
- e) segregação das entradas de caixa referente à depósitos do Banco em depósitos relacionados e não relacionados ao financiamento do comércio exterior (*trade finance*);
- f) documentação analítica do processo.

Está em curso plano de ação visando os ajustes necessários.

6.3.4. Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos, do aplicativo *Riskwatch* e da ferramenta SAS, que tem como principais objetivos:

- a) consolidar informações gerenciais, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- b) fornecer medidas do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

As funções em destaque do aplicativo *Riskwatch* são as mesmas citadas para o risco de mercado.

A ferramenta SAS é responsável pela apuração atual do indicador de liquidez de curto prazo (LCR). Para tal, combina extrações oriundas dos sistemas de grande porte, por meio do sistema Gestão do Risco de Liquidez (GRL), com tabelas corporativas, para cálculo do indicador.

O sistema GRL é a solução corporativa de grande porte em desenvolvimento que engloba todas as etapas de apuração e reporte do indicador LCR, desde a extração de dados, classificações e parametrizações necessárias até a geração da *template* para envio das informações ao Banco Central.

A mensuração e condições de reporte dos instrumentos de gestão adotados no processo de gestão de risco de liquidez são realizadas conforme os modelos e metodologias aprovados pelos comitês estratégicos de risco.

A Diris apura, diariamente, junto aos gestores de liquidez (Brasil e exterior), o consumo dos limites estabelecidos. Na ocorrência de extrapolações, as mesmas são tratadas conforme a governança estabelecida, compreendendo tanto o Fórum de Liquidez quanto os comitês estratégicos de risco.

A comunicação da gestão do risco de liquidez para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias dos comitês estratégicos de riscos, a exemplo do Painel de Riscos.

No que tange à avaliação da necessidade de capital, não é prática a alocação de capital para cobertura do risco de liquidez. Os efeitos do risco de liquidez dão-se na disponibilidade de caixa, mesmo que a Instituição tenha estrutura de capital robusta.

6.4. Risco Operacional

O Banco do Brasil realiza a gestão do risco operacional segregando as funções de gestão de riscos e de negócios e adotando boas práticas em gestão de riscos, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação bancária.

Possui estrutura de gerenciamento do risco operacional e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, e compatíveis com o seu modelo de negócio e a complexidade dos seus processos, produtos e serviços.

Alinhado a estratégia para redução de perdas operacionais e de forma a manter o nível de exposição ao risco operacional adequado ao apetite e tolerância estabelecido é definido anualmente um Limite Global, que é segmentado em Limites Específicos, distribuídos pelas categorias de risco operacional e pelos gestores responsáveis pela gestão desses riscos.

A governança do risco operacional envolve o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC) e o Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC).

6.4.1. Política Específica do Risco Operacional

O Banco adota Política Específica de Risco Operacional que contém orientações às diversas áreas visando garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional. Espera-se que as empresas Controladas, Coligadas e Participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Dispõe ainda, de outras políticas que compõem a relação de políticas associadas ao gerenciamento do risco operacional:

- a) Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção;
- b) Gestão da Continuidade de Negócios;
- c) Relacionamento do Banco com Fornecedores;
- d) Risco Legal; e
- e) Segurança da Informação.

6.4.2. Processos de Gestão do Risco Operacional

Os papéis e responsabilidades para o gerenciamento do risco operacional são definidos de acordo com o Modelo Referencial de Linhas de Defesa que envolvem toda a Organização em seus diversos níveis.

A 1ª Linha é composta pela cadeia produtiva da organização, sendo responsável por identificar os riscos dos seus processos, produtos e serviços, estabelecer os controles para mitigá-los e monitorar sua efetividade e desempenho.

A 2ª Linha de Defesa está organizada para: assessorar os gestores de 1ª Linha na identificação e mitigação de riscos; avaliar os riscos identificados, através da quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de considerar o impacto nos negócios do Banco; mensurar e controlar a exposição do Banco; monitorar a adequação e a eficácia da gestão do risco operacional; e reportar seus resultados.

A 3ª Linha de Defesa é a Auditoria Interna, responsável pela avaliação independente da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos.

A identificação dos riscos conta com o dicionário corporativo de risco operacional que possui os riscos mapeados e classificados em quatro níveis, de forma a facilitar e padronizar o processo. A partir dos riscos identificados ocorre sua certificação e avaliação, onde são realizados os cálculos de criticidade do risco e seu potencial impacto, devendo ser implementadas ações para mitigação. Para maior efetividade da gestão do risco operacional, são priorizadas as perdas mais relevantes e os riscos de maior criticidade, que também são acompanhados pelos níveis mais altos da governança.

O Painel de Risco Operacional é o instrumento utilizado para realizar a gestão de perdas operacionais e acompanhar o enquadramento ao Limite Global e Limites Específicos estabelecidos, sendo reportado mensalmente ao CEGRC e CSGRC, e trimestralmente levado ao conhecimento do CA. O painel apresenta posição mensal e anual, com o respectivo detalhamento dos Limites, acompanhamento do histórico de perdas operacionais e principais ocorrências por categoria.

A tabela a seguir apresenta o acompanhamento das perdas operacionais do Banco, realizada por categorias de eventos de risco, em termos percentuais:

Tabela 54 - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda

	3T17	2T17	1T17	4T16	3T16
Práticas Inadeq. relativas Neg, Prd e Clientes	48,90%	19,94%	50,12%	51,35%	51,60%
Práticas Trab. e Condições Ambiente Trabalho	37,96%	56,15%	32,69%	29,53%	29,64%
Fraudes e Roubos Externos	11,06%	21,11%	14,37%	14,56%	15,69%
Danos a Ativos Físicos e Lesões a Pessoas	2,52%	0,19%	0,06%	0,05%	0,12%
Fraudes e Roubos Internos	0,32%	1,37%	1,01%	0,26%	0,85%
Falhas de Sistemas e Tecnologia	0,01%	0,00%	0,02%	0,02%	0,01%
Interrupção das Atividades	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Falhas Execução Gerenciamento Processos	-0,77%	1,23%	1,73%	4,22%	2,10%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

6.5. Risco Socioambiental

6.5.1. Política Específica de Responsabilidade Socioambiental

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.327, de 25.04.2014, e do Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 14, de 28.08.2014, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Banco do Brasil instituiu sua Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

A PRSA orienta o comportamento do Banco que, por sua vez, pautado pelos princípios da relevância, proporcionalidade e eficiência, se compromete a envidar esforços para colaborar com as empresas controladas, coligadas e simples participações, a fim de que definam seus direcionamentos a partir destas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

6.5.2. Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental

A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

O Banco adota estrutura de governança e gestão do risco socioambiental compatíveis com o seu porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental e contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

No modelo de gestão do risco socioambiental, Diretorias e Unidades intervenientes fornecem as informações necessárias à gestão para que a Diris possa identificar exposições e assessorar o processo de tomada de decisão em situação de risco.

O Banco conta também com processos que contribuem para a implementação de ações de responsabilidade socioambiental pautados pelo(a)(s): Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), Agenda 30, Fórum de Sustentabilidade para Executivos, Princípios do Equador e os Padrões de Desempenho do *International Finance Corporation* (IFC).

6.6. Outros Riscos

No modelo de gestão dos riscos de estratégia, de reputação, de EFPPS e legal as diretorias intervenientes fornecem as informações necessárias à gestão, para que a área de risco possa identificar exposições e assessorar o processo de tomada de decisão em situação de risco.

A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração. O reporte e controle desses riscos é realizado periodicamente e os resultados são comunicados às instâncias competentes.

6.6.1. Risco de Estratégia

O Banco define o risco de estratégia como a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão estratégica.

A estrutura de gerenciamento do risco de estratégia segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da Estratégia no Banco do Brasil, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de estratégia orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores que refletem o nível de risco de estratégia incorrido pela Instituição. O controle desses indicadores é efetuado por meio de limites de tolerância pré-estabelecidos, para garantir que o risco permaneça dentro do nível aceitável. O objetivo desse processo é promover o gerenciamento proativo na tomada de decisão.

Além do monitoramento de indicadores, o Banco elabora cenários macroeconômicos e da indústria financeira, com o objetivo de melhor avaliar as ameaças do mercado e mitigar o risco nas decisões estratégicas. Adicionalmente, são executados, semestralmente, testes de estresse de risco de estratégia para avaliar o impacto de cenários adversos ou severos.

6.6.2. Risco de Reputação

O Banco define o risco de reputação como a possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que podem afetar adversamente a sustentabilidade do negócio. Esse conceito é subdividido nas categorias “negócios e relacionamentos” e “controles e conformidade”.

A estrutura de gerenciamento do risco de reputação segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da marca, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de reputação orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores que refletem o nível de risco de reputação incorrido pela Instituição. O controle desses indicadores é efetuado por meio de limites de tolerância pré-estabelecidos, de forma a garantir que o risco permaneça dentro do nível aceitável. O objetivo desse processo é promover o gerenciamento proativo na tomada de decisão.

Na categoria “negócios e relacionamentos” são monitorados indicadores sobre a qualidade das menções veiculadas na imprensa, nas redes sociais, em aplicativos mobile, em canais de exposição de reclamações dos consumidores pela internet, pela pesquisas da experiência do cliente, bem como sobre a percepção dos investidores.

Na categoria “controles e conformidade” são monitorados indicadores relacionados à percepção dos reguladores, às ocorrências registradas na ouvidoria externa, à qualidade do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, às denúncias de corrupção, e ao atendimento do SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente).

Além do monitoramento de indicadores, o Banco executa testes de estresse de risco de reputação para avaliar o impacto de cenários adversos ou severos, com periodicidade mensal.

6.6.3. Risco de EFPPS

O risco de EFPPS é gerenciado nas dimensões patrocinador, planos de previdência e planos de saúde, com o intuito de avaliar o impacto negativo consolidado no patrimônio líquido do Banco e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de aposentadoria de benefício definido e dos planos de saúde patrocinados.

Ressalte-se que a estrutura de gerenciamento do risco de EFPPS segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos do Banco do Brasil, estabelecendo a responsabilidade das áreas envolvidas, contando com o envolvimento dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

6.6.4. Risco Legal

A definição do risco operacional inclui o risco legal. Desta forma, os processos previstos para a gestão do risco operacional, detalhados no item 6.4, contemplam a exposição ao risco legal.

6.6.5. Risco de Modelo

6.6.5.1 Política Específica do Risco de Modelo

Esta Política orienta sobre gestão do risco de modelo, que trata da possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção, que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio.

Nesse sentido, a política contribui para o aprimoramento da gestão do risco, compatibilizando a natureza das operações, complexidade dos produtos e processos e a dimensão da exposição a risco, permitindo alinhamento com as melhores práticas de mercado.

6.6.5.2 Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Modelo

A estrutura de gerenciamento do risco de modelo tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de modelo e segrega as atividades de avaliação e monitoramento de modelos das atividades de desenvolvimento, de validação independente e de Auditoria Interna, preservando a independência das linhas de defesa.

A gestão da exposição ao risco de modelo dá-se por meio de informações extraídas dos resultados das avaliações e dos monitoramentos dos modelos utilizados pelo Banco.

Ademais, como ferramentas de gestão do risco de modelo, utilizam-se o Ciclo de Vida dos Modelos e o Inventário Corporativo de Modelos.

6.6.6. Risco de Contágio

O Banco do Brasil, na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial, possui estabelecido processo para supervisionar a estrutura de gestão de riscos das suas Entidades Ligadas (ELBB), garantindo a efetividade e a integridade do modelo empresarial ao instituir mecanismos de governança corporativa capazes de promover o alinhamento das diretrizes e atuação das entidades ligadas com as do conglomerado.

O processo de supervisão visa conhecer e analisar a governança corporativa de riscos das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB), de forma a possibilitar a identificação e acompanhamento de seus riscos, com a emissão de orientações e pareceres para aprimoramento de sua estrutura de gerenciamento de riscos em relação às deficiências constatadas, assegurando a mitigação do Risco de Contágio.

6.6.7. Risco de Conformidade (Compliance)

O risco de conformidade (compliance) é definido como a possibilidade de perdas financeira ou de reputação resultantes de falha no cumprimento de leis, regulamentos,

normas internas, códigos de conduta e diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da organização.

No Banco, o processo de estruturação da gestão de novos riscos é subdividido em cinco fases, conforme Manual Corporativo de Identificação de Riscos – IN 410, sendo que o risco de conformidade encontra-se na fase 3, que prevê a definição de um framework para gestão do risco.

7. Programa de Testes de Estresse

O Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (CBSB)⁵ define o Teste de Estresse como uma avaliação da posição financeira do banco sob condições adversas ou severas, porém plausíveis de ocorrer. Assim, o modelo de teste de estresse integrado de capital adotado pelo Banco do Brasil tem por objetivo testar a resiliência diante da possibilidade de ocorrência de eventos extremos, podendo ser macroeconômicos ou idiossincráticos.

Para tanto, o BB realiza exercícios de teste de estresse considerando:

- a) Teste de Estresse por Categoria de Risco: testes de estresse utilizados na gestão de cada risco, considerando suas especificidades; e
- b) Teste de Estresse Integrado de Capital (TEIC): teste de estresse baseado em cenário único de condições macroeconômicas adversas ou severas ou em cenário idiossincrático, conforme o caso, aplicável de forma integrada às variáveis de risco, às variáveis de negócios e seus impactos nos resultados, no Patrimônio Líquido (PL) e nos indicadores de capital da Instituição.

Para que o exercício cumpra seu objetivo, são utilizadas premissas que produzam situações extremas, embora plausíveis, capazes de gerar resultados em que os requisitos de solvência sejam extrapolados.

Ressalte-se que, para a realização do TEIC, o Banco utiliza cenários de estresse corporativos, aprovados pelo CEGAPC, que definem a intensidade dos diferentes choques.

O uso do teste de estresse como ferramenta de gestão visa prover a avaliação prospectiva dos riscos, com o objetivo de avaliar a aderência ao grau de apetite a riscos do Banco, subsidiar o desenvolvimento de planos de contingência e de processos de mitigação de riscos e dar suporte aos processos de planejamento de capital e de liquidez.

⁵ *Principles for sound Stress Testing practices and supervision (mai/09).*